FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

PAD-MG

PESQUISA POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

Boletim PAD - MG | 2011

Mercado de trabalho e gênero

Belo Horizonte, ano 2, nº 5 | maio de 2013

APOIO

FAPEMIG

REALIZAÇÃO

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
GOVERNO DE MINAS GERAIS

ESCRITÓRIO
DE PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

GOVERNO DE MINAS

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
GOVERNO DE MINAS GERAIS

Boletim PAD-MG | 2011

Mercado de trabalho e gênero

Boletim PAD-MG	Belo Horizonte	Ano 2	n. 5	p. 1 - 53	maio 2013

SINAIS CONVENCIONAIS

... Dado numérico indisponível.

.. Não se aplica dado numérico.

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

B668 Boletim PAD-MG, ano 1, n. 1, maio 2011 –..... Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, 2011.

Título anterior: Boletim da Pesquisa por Amostra de Domicílios: indicadores de despesas, ano 1, n. 1, dez. 2011 - ano 1, n. 2, fev. 2012

1. Pesquisa por Amostra de Domicílios - Minas Gerais - Periódicos. 2. Levantamento domiciliares - Minas Gerais - Periódicos. 3. Estatística de população - Minas Gerais - Periódicos. I. Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações.

CDU 314.6(815.1)

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
GOVERNADOR
Antonio Augusto Junho Anastasia

VICE-GOVERNADOR
Alberto Pinto Coelho

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
SECRETÁRIA
Renata Maria Paes de Vilhena

ESCRITÓRIO DE PRIORIDADES ESTRATÉGICAS
DIRETOR-PRESIDENTE
André Barrence

NÚCLEO DE AVALIAÇÃO, ANÁLISE E INFORMAÇÃO
Gláucia Macedo

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
PRESIDENTE
Marilena Chaves

CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES
DIRETOR
Frederico Poley Martins Ferreira

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
ASSESSORA-CHEFE
Olívia Bittencourt

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO TÉCNICA
Nícia Raies Moreira de Souza

ELABORAÇÃO
Juliana Lucena Ruas Riani
Karina Rabelo Leite Marinho
Mirela Castro Santos Camargos

CAPA
Kelly dos Santos Gusmão

REVISÃO
Heitor Vasconcelos Corrêa Dias

NORMALIZAÇÃO
Helena Schirm

É permitida a reprodução dos dados publicados desde que citada a fonte.

CONTATOS E INFORMAÇÕES
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (CEI)
Alameda das Acácias, 70 – Bairro São Luiz / Pampulha
Caixa Postal 1200 - CEP: 31275-150 - Belo Horizonte - Minas Gerais
Telefones: (31) 3448-9719 e 3448-9580
Fax: (31) 3448-9477 e 3448-3706
www.fjp.mg.gov.br
e-mail: comunicacao@fjp.mg.gov.br

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 1

2 CONDIÇÃO DE ATIVIDADE E GÊNERO 4

3 OCUPAÇÃO E GÊNERO 12

3.1 Condição de ocupação e tempo 16

3.2 Trabalho informal 19

3.3 Empregadas domésticas 34

4 DESOCUPAÇÃO E GÊNERO 39

5 CONCLUSÃO 47

6 REFERÊNCIAS 53

Tabelas

Tabela 1 - População Economicamente Ativa (PEA), População em Idade Ativa (PIA) e taxa de atividade por sexo - Minas Gerais - 2011..... 4

Tabela 2-A - Taxa de atividade por sexo e características demográficas selecionadas - Minas Gerais - 2011 - (%) 10

Tabela 2-B - Taxa de atividade por sexo e características demográficas selecionadas - Minas Gerais - 2011 - (%)..... 11

Tabela 3 - População de dez anos ou mais de idade ocupada, desocupada e taxa de desocupação por sexo - Minas Gerais - 2011 12

Tabela 4-A - Distribuição dos grupos ocupacionais para a população ocupada de dez anos ou mais de idade por sexo e região de planejamento e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - Minas Gerais - 2011 - (%)..... 14

Tabela 4-B - Distribuição dos grupos ocupacionais para a população ocupada de dez anos ou mais de idade por sexo e região de planejamento e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - Minas Gerais - 2011 - (%)..... 15

Tabela 5 - Rendimento médio do trabalho principal, anos médio de estudo, média de horas trabalhada e média do rendimento hora da população ocupada de dez anos ou mais de idade por sexo e posição na ocupação - Minas Gerais - 2011 15

Tabela 6 - Tempo médio gasto em afazeres domésticos na semana das pessoas de dez anos ou mais de idade por sexo e condição de atividade - Minas Gerais - 2011 17

Tabela 7 - Distribuição de mulheres e homens inativos por condição ou situação principal nos últimos 7 dias - Minas Gerais - 2011 - (%)..... 19

Tabela 8 - Trabalhadores informais maiores de dez anos de idade por sexo - Minas Gerais - 2011 23

Tabela 9 - Rendimento médio do trabalho e outras fontes de trabalhadores formais e informais maiores de dez anos por sexo - Minas Gerais - 2011 32

Tabela 10 - Média de horas semanais trabalhadas para trabalhadores formais e informais maiores de dez anos por sexo - Minas Gerais - 2011 33

Tabela 11 - Local de trabalho de trabalhadores formais e informais maiores de dez anos por sexo - Minas Gerais - 2011 34

Tabela 12 - Distribuição das mulheres com dez anos ou mais de idade trabalhadoras domésticas por região de planejamento e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - Minas Gerais - 2011 - (%) 37

Tabela 13 - Renda média do trabalho principal, rendimento-hora médio, tempo médio no trabalho principal, tempo médio gastos com afazeres domésticos próprios das mulheres com dez anos ou mais de idade ocupadas e trabalhadoras domésticas - Minas Gerais - 2011 ... 38

Gráficos

Gráfico 1 - Taxa de atividade das pessoas de dez anos ou mais de idade por sexo e região de planejamento e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - Minas Gerais - 2011 5

Gráfico 2 - Distribuição de mulheres e homens com dez anos ou mais de idade na População Economicamente Ativa (PEA) por região de planejamento e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - Minas Gerais - 2011 6

Gráfico 3 - Taxa de atividade das pessoas de dez anos ou mais de idade por sexo e grupo etário - Minas Gerais - 2011..... 7

Gráfico 4 - Taxa de atividade das pessoas com dez anos ou mais de idade por sexo e nível de instrução - Minas Gerais - 2011..... 8

Gráfico 5 - Distribuição de mulheres e homens com dez anos ou mais de idade na População Economicamente Ativa (PEA) por nível de instrução - Minas Gerais - 2011 8

Gráfico 6 - Taxa de atividade das pessoas de dez anos ou mais de idade por sexo e decil de renda domiciliar *per capita* - Minas Gerais - 2011 9

Gráfico 7 - Distribuição de homens e mulheres ocupados com dez anos ou mais de idade por grupo de ocupação - Minas Gerais - 2011..... 13

Gráfico 8 - Distribuição dos grupos ocupacionais para homens e mulheres ocupados com dez anos ou mais de idade - Minas Gerais - 2011 .. 13

Gráfico 9 - Rendimento médio do trabalho principal (1) das pessoas de dez anos ou mais de idade por sexo e nível de instrução - Minas Gerais - 2011..... 16

Gráfico 10 - Tempo médio gasto em afazeres domésticos na semana das pessoas ocupadas de dez anos ou mais de idade por sexo e condição de atividade segundo região de planejamento e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - Minas Gerais - 2011..... 17

Gráfico 11 - Tempo médio gasto em afazeres domésticos na semana das pessoas ocupadas de dez anos ou mais de idade por sexo e posição na ocupação - Minas Gerais - 2011 18

Gráfico 12 - Porcentagem dos trabalhadores informais de dez anos ou mais de idade por sexo e região de planejamento e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - Minas Gerais - 2011 24

Gráfico 13 - Porcentagem dos trabalhadores informais de dez anos ou mais de idade por sexo e mesorregião - Minas Gerais - 2011 25

Gráfico 14 - Distribuição dos trabalhadores formais e informais de dez anos ou mais de idade por sexo e situação de domicílio - Minas Gerais - 2011 25

Gráfico 15 - Distribuição dos trabalhadores do sexo feminino, de dez anos ou mais de idade por tipo de vínculo de atividade de trabalho e situação de domicílio - Minas Gerais - 2011 26

Gráfico 16 - Distribuição dos trabalhadores do sexo masculino, de dez anos ou mais de idade por tipo de vínculo de atividade de trabalho e situação do domicílio - Minas Gerais - 2011 27

Gráfico 17 - Porcentagem dos trabalhadores informais de dez anos ou mais de idade por sexo, município de Belo Horizonte e o conjunto dos demais municípios do estado - Minas Gerais - 2011 27

Gráfico 18 - Porcentagem dos trabalhadores informais de dez anos ou mais de idade por sexo e estado civil - Minas Gerais - 2011 28

Gráfico 19 - Porcentagem dos trabalhadores informais de dez anos ou mais de idade por sexo e faixa etária - Minas Gerais - 2011 29

Gráfico 20 - Distribuição dos trabalhadores formais e informais de dez anos ou mais de idade por sexo e raça - Minas Gerais - 2011 29

Gráfico 21 - Distribuição dos trabalhadores formais e informais de dez anos ou mais de idade por sexo e número de filhos - Minas Gerais - 2011 30

Gráfico 22 - Porcentagem dos trabalhadores informais de dez anos ou mais de idade por sexo e nível de instrução - Minas Gerais - 2011 31

Gráfico 23 - Distribuição dos trabalhadores formais e informais que sabem ler e escrever de dez anos ou mais de idade por sexo - Minas Gerais - 2011 31

Gráfico 24 - Porcentagem dos trabalhadores informais de dez anos ou mais de idade por sexo e decil de renda domiciliar *per capita* - Minas Gerais - 2011 32

Gráfico 25 - Distribuição da população de dez anos ou mais de idade trabalhadora doméstica por sexo e tipo de vínculo - Minas Gerais - 2011 35

Gráfico 26 - Distribuição das mulheres com dez anos ou mais de idade trabalhadoras domésticas por grupos etários - Minas Gerais - 2011 ... 35

Gráfico 27 - Distribuição das mulheres com dez anos ou mais de idade trabalhadoras domésticas por nível de instrução - Minas Gerais - 2011 36

Gráfico 28 - Distribuição das mulheres com dez anos ou mais de idade trabalhadoras domésticas por cor ou raça - Minas Gerais - 2011 36

Gráfico 29 - Distribuição das mulheres com dez anos ou mais trabalhadoras domésticas por estado civil - Minas Gerais - 2011 37

Gráfico 30 - Distribuição das mulheres com dez anos ou mais de idade trabalhadoras domésticas por posição no domicílio - Minas Gerais - 2011 38

Gráfico 31 - Taxa de desocupação na população de dez anos ou mais de idade por sexo e grupos etários - Minas Gerais - 2011 39

Gráfico 32 - Taxa de desocupação na população de dez anos ou mais de idade por sexo e nível de instrução - Minas Gerais - 2011 40

Gráfico 33 - Taxa de desocupação na população de dez anos ou mais de idade por sexo e cor ou raça - Minas Gerais - 2011 40

Gráfico 34 - Distribuição da população de dez anos ou mais de idade desocupada por sexo e grupos etários - Minas Gerais - 2011 41

Gráfico 35 - Distribuição da população de dez anos ou mais de idade desocupada por sexo e cor ou raça - Minas Gerais - 2011 41

Gráfico 36 - Distribuição da população de dez anos ou mais de idade desocupada por sexo e nível de instrução - Minas Gerais - 2011 42

Gráfico 37 - Distribuição da população de dez anos ou mais de idade desocupada por sexo e decil de renda domiciliar *per capita* - Minas Gerais - 2011 42

Gráfico 38 - Distribuição da população de 14 anos ou mais de idade desocupada por sexo e estado civil - Minas Gerais - 2011 43

Gráfico 39 - Distribuição da população de dez anos ou mais de idade desocupada por sexo e posição no domicílio - Minas Gerais - 2011 43

Gráfico 40 - Distribuição da população de dez anos ou mais de idade desocupada por sexo e quantidade de filhos ou enteados no domicílio - Minas Gerais - 2011 44

Gráfico 41 - Distribuição da população de dez anos ou mais de idade total e desocupada por sexo e região de planejamento e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - Minas Gerais - 2011 45

Gráfico 42 - Distribuição da população de dez anos ou mais de idade desocupada por sexo e tipo de providência utilizada para conseguir emprego - Minas Gerais - 2011 45

1 INTRODUÇÃO

O Boletim PAD nº 5 tem como intuito central abordar o mercado de trabalho, tema de suma relevância para o desempenho de uma economia. Questões como aquelas relativas ao nível de atividade, nível de emprego/desemprego, às formas de ocupação e aos rendimentos do trabalho são capazes de indicar não apenas o nível de desenvolvimento e *performance* de um dado contexto econômico, mas também o bem-estar de determinada população.

Mais especificamente, o enfoque do presente documento se dá sobre as relações de gênero no mercado de trabalho, tema mais que relevante devido à forma diferenciada com que mulheres e homens estão inseridos no âmbito das atividades produtivas. A dinâmica do mercado de trabalho não é a mesma entre os sexos. Por questões principalmente culturais, as mulheres apresentam maiores desvantagens, não apenas em relação à inserção ao mundo do trabalho, mas também no que tange à segregação ocupacional e à desigualdade de rendimento.

A inserção das mulheres brasileiras no mercado de trabalho é um dos fatores mais importantes para sua emancipação econômica, e, como corolário, para sua emancipação social. Por isso, neste processo de constituição de maiores padrões de igualdade entre gêneros, é central a intensidade do crescimento da atividade feminina. A População Economicamente Ativa feminina observou incrementos consideráveis no Brasil. Sua taxa de atividade aumentou de 47% para 53% entre 1993 e 2005 (BRUSCHINI, 2007). São diversas as causas dessa participação feminina maior no mercado de trabalho ao longo do tempo. Entre elas, a queda de fecundidade, particularmente em cidades e regiões mais desenvolvidas do país, a diminuição do tamanho das famílias, o incremento da expectativa de vida e o consequente envelhecimento da população, além do importante crescimento no número de domicílios chefiados por mulheres a partir da década de 1980 (BRUSCHINI, 2007). Ao mesmo tempo, o incremento nos níveis de escolarização tornou possível o acesso de mulheres a diferentes oportunidades de trabalho, aquelas dotadas de maior status social.

A despeito desse cenário, diversas questões permanecem permeando os modos como se dá a participação feminina no mundo laboral. As mulheres ainda são as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e cuidados com crianças. Diante do mencionado aumento da participação feminina nos mercados econômicos, isso configura a necessidade de se conciliar atividades produtivas e atividades reprodutivas (relativas à família). Nesse contexto, a presença de filhos pequenos é um dos elementos que mais acirram as dificuldades femininas na esfera das atividades produtivas: o cuidado com crianças pequenas é uma das atividades que mais consomem tempo no contexto do trabalho doméstico.

Outra questão central no que concerne ao tema trabalho feminino diz respeito à precariedade do trabalho, situação ainda frequente entre trabalhadoras, apesar do crescimento de mulheres instruídas, em situações mais estáveis no âmbito do mercado. Além disso, persistem as diferenças de rendimentos entre

homens e mulheres. Elas são oriundas, entre outros fatores, das distinções entre os gêneros na distribuição entre as diferentes ocupações, dotadas de status desiguais, além dos modos de ocupação de cargos de chefia ou de gerência, ainda predominantemente masculinos. No âmbito dessa distribuição, por exemplo, também persiste como eminentemente feminino o emprego doméstico remunerado, situação laboral com frequentes desvantagens econômicas e baixa incidência de formalização.

Desse modo, se, por um lado, é possível observar avanços coletivos consideráveis no que concerne à obtenção da emancipação econômica feminina, com o aumento da participação dessa população no mercado de trabalho, por outro lado, observa-se a permanência de determinados papéis sociais, mais tradicionais, que limitam tal emancipação. Por sua instância, tais papéis sociais geram situações de desvantagem, como a conciliação de atividades produtivas e reprodutivas, o elevado desemprego entre as mulheres, os baixos salários em comparação aos homens e a precariedade das relações de trabalho.

É diante desse panorama que discutir a relação entre gênero e trabalho é importante para delinear políticas públicas que se desenvolvam no contexto do mercado laboral. Isso porque, longe de se tratar de um tema já pacífico, a convivência de avanços e permanências de relações mais tradicionais faz com que ainda existam conflitos importantes no que concerne à relação de gênero no contexto do desempenho das atividades produtivas.

Os dados da PAD-MG são um importante instrumento de análise de questões como as mencionadas. Além da sua abrangência geográfica, uma vez que ela permite desagregar por região de planejamento, mesorregião e situação do domicílio (rural e urbano), a pesquisa possui uma gama de informações capazes de caracterizar as populações de interesse e, dessa forma, explorar a dinâmica do mercado de trabalho de Minas Gerais numa perspectiva de gênero. A PAD-MG de 2011 alcançou aproximadamente 18 mil domicílios em 1200 setores censitários e 428 municípios mineiros[1].

Informações dessa natureza são fundamentais para o desenho, a consecução e a avaliação de políticas públicas relacionadas a trabalho e gênero, uma vez que tais elementos dependem de consideráveis doses de racionalidade em seu processo de tomada de decisão (OSUNA e MARQUEZ, 2000). Além disso, a disponibilização de análises como as apresentadas neste documento é insumo para a gestão eficaz de recursos no contexto das políticas de gênero, na medida em que permite a análise objetiva de situações específicas, neste caso, os padrões de distribuição das condições de trabalho entre homens e mulheres.

Este boletim é composto por quatro seções além dessa introdução. Na segunda seção é analisada a taxa de atividade da população mineira e algumas de suas características, considerando sempre as diferenças e semelhanças numa ótica de gênero. Aqui, a despeito do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, persiste uma taxa de participação das mulheres menor, em comparação com a participação masculina, no estado de Minas Gerais. Na terceira seção, é discutida a forma diferenciada com

[1] Para maiores detalhes metodológicos, ver FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Boletim PAD – MG/2011. Indicadores básicos/Documento metodológico, Ano 1, n.3, Jun. 2012.

que homens e mulheres mineiros se inserem nas diferentes ocupações. Entre outras informações, destaca-se a predominância das mulheres entre os trabalhadores domésticos remunerados. Além disso, o tempo médio semanal gasto pela população feminina mineira em afazeres domésticos não remunerados é significativamente superior ao tempo gasto pelos homens, mais que o dobro. Ainda nesta seção, é tratado o tema relativo ao trabalho informal, definido a partir de atividades econômicas não norteadas por disposições formais, sem aplicação prática da legislação vigente, sobretudo a legislação trabalhista, a despeito do fato de a expressão "trabalho informal" abrigar uma pluralidade considerável de situações concretas. Finalmente, a quarta seção deste boletim apresenta informações a respeito das relações entre desocupação e gênero e mostra uma taxa de desocupação bem maior entre as mulheres, seguida de uma conclusão.

Todas estas informações foram descritas a partir de suas variações espaciais, como já citado, além das variações relativas ao perfil sociodemográfico do trabalhador, com a consideração de variáveis como estado civil, faixa de idade, raça, número de filhos, grau de instrução e rendimento, e características do trabalho desempenhado, como horas trabalhadas e local onde a atividade econômica é desenvolvida. Por fim, foi considerada a população com idades superiores a dez anos: a População em Idade Ativa (PIA).

2 CONDIÇÃO DE ATIVIDADE E GÊNERO

As relações e os processos de trabalho ocorrem de forma diferenciada para homens e mulheres. Uma das formas de desigualdade de gênero no mercado de trabalho é a participação menor da mulher na força de trabalho (DEGRAFF e ANKER, 2004). Essa taxa de atividade[2] feminina menor pode ser explicada pelos diferentes papeis sociais que tradicionalmente são atribuídos a homens e mulheres. Para elas, cabe o cuidado dos filhos e do lar, para eles, ser o provedor desse lar.

Ressalta-se, porém, que um grande aumento da participação feminina no mercado de trabalho foi observado no Brasil, e em Minas Gerais consequentemente, nas últimas décadas (BRUSCHINI, 2007). Ele é consequência principalmente de mudanças demográficas, como a queda da taxa de fecundidade, o envelhecimento da população, o aumento de domicílios uniparentais e o aumento da chefia feminina (BRUSCHINI, 2007) e do acréscimo da escolaridade feminina, que aumenta as recompensas econômicas e não econômicas associadas ao emprego (DEGRAFF e ANKER, 2004).

Apesar do crescimento maior da participação das mulheres no mercado de trabalho, *vis a vis* a dos homens, a taxa de atividade feminina ainda está bem abaixo da masculina. Por meio dos dados da PAD-MG de 2011, confirma-se a participação menor das mulheres no mercado de trabalho em Minas Gerais. Enquanto 64,6% dos homens acima de dez anos de idade participavam da força de trabalho, para as mulheres esse percentual era bem mais baixo: 39,9% (tabela 1).

Tabela 1 - População Economicamente Ativa (PEA), População em Idade Ativa (PIA) e taxa de atividade por sexo (1) - Minas Gerais - 2011

ESPECIFICAÇÃO	PEA	PIA	TAXA DE ATIVIDADE (%)	PORCENTAGEM NA PEA
Total	8 773 049	16 880 439	52,0	100,0
Homens	5 324 367	8 244 785	64,6	60,7
Mulheres	3 448 682	8 635 654	39,9	39,3

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

(1) Considerou a população de dez anos de idade ou mais.

As taxas de atividade, tanto femininas quanto masculinas, são diferentes espacialmente. Considerando as diferentes regiões de planejamento, observa-se que há uma diferença na taxa de atividade para ambos os sexos, porém mais acentuada para as mulheres. As regiões Jequitinhonha/Mucuri, Rio Doce e Norte são as que apresentam as taxas de atividade mais baixas tanto para homens quanto para mulheres (gráfico 1). Essas regiões são as menos dinâmicas do estado, o que se reflete, portanto, na inserção da população na força de trabalho.

[2] A taxa de atividade é a razão entre a População Economicamente Ativa (PEA) e a População em Idade Ativa (PIA).

Gráfico 1 - Taxa de atividade das pessoas de dez anos ou mais de idade por sexo e região de planejamento e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - Minas Gerais - 2011

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

A dinâmica econômica de cada região afeta seu grau de atividade. Fatores relacionados com o tipo de atividade de cada local e com as relações de gênero podem afetar de forma diferenciada, porém, a participação masculina e a feminina no mercado de trabalho. O gráfico 2 mostra a porcentagem de homens e mulheres na PEA para as regiões de planejamento. Observa-se que há desigualdade na participação da força de trabalho entre os sexos em todas as regiões. Em algumas, entretanto, ela é mais acentuada. Assim, enquanto no Jequitinhonha/Mucuri as mulheres representam apenas 35,7% das pessoas ativas, a diferença entre homens e mulheres cai muito na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), de tal forma que as mulheres passam a representar 42,8% da PEA.

De modo geral, nas regiões com maior dinamismo, maior Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, é maior a porcentagem de mulheres na PEA. O inverso ocorre para as menos dinâmicas. Vários fatores podem contribuir para essa configuração: a estrutura familiar, a taxa de fecundidade e o tipo de atividade de cada região. Regiões com caráter mais rural[3], maior taxa de fecundidade e um forte modelo patriarcal possuem participação menor das mulheres na força de trabalho.

[3] A taxa de atividade feminina na área rural é bem menor que na área urbana, 26,0% contra 42,1%.

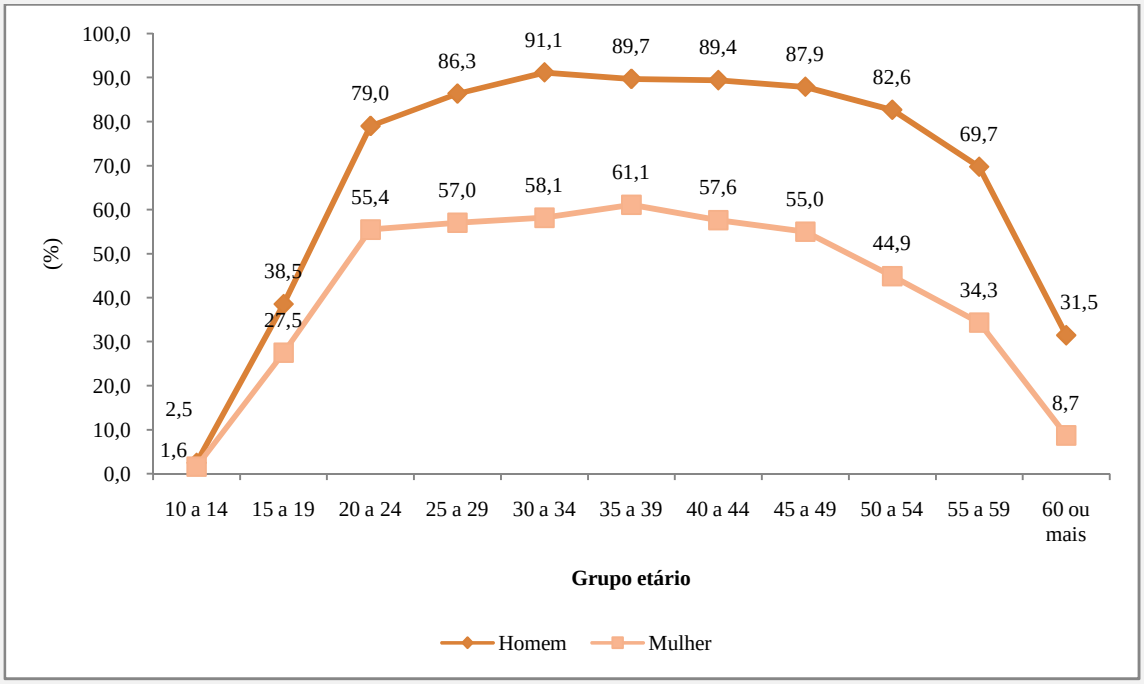
Gráfico 2 - Distribuição de mulheres e homens com dez anos ou mais de idade na População Economicamente Ativa (PEA) por região de planejamento e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - Minas Gerais - 2011

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Aspectos relacionados à estrutura familiar também afetam a participação das mulheres na força de trabalho, além de características pessoais de sua inserção no mercado de trabalho, como idade e escolaridade (BRUSCHINI, 2000). Dessa forma, número de filhos, principalmente com idade menor, renda familiar, posição da mulher na família e estado conjugal são fatores que devem ser considerados ao se estudar o mercado de trabalho numa perspectiva de gênero (RIOS-NETO, 1995 apud LEME e WAJNMAN, 2003; SEDLACEK e SANTOS, 1991). Com os dados da PAD-MG é possível analisar o mercado de trabalho levando em consideração esse fatores. Dessa forma, será analisada a taxa de atividade feminina e masculina considerando algumas características individuais e demográficas para entender as principais diferenças no mercado de trabalho no que tange às relações de gênero.

O nível de atividade por grupos etários (gráfico 3) indica o comportamento da força de trabalho durante o ciclo de vida. Como é de se esperar, as maiores taxas de atividade ocorrem nas idades entre 20 e 49 anos para ambos os sexos. A taxa de atividade masculina é maior que a feminina em todas as faixas etárias. A diferença é bem mais acentuada, todavia, nas faixas etárias consideradas mais produtivas. Observa-se também que o pico da taxa de atividade para as mulheres ocorre entre 35 e 39 anos. Para os homens, na faixa etária um pouco mais baixa (30 a 34 anos).

Gráfico 3 - Taxa de atividade das pessoas de dez anos ou mais de idade por sexo e grupo etário - Minas Gerais - 2011

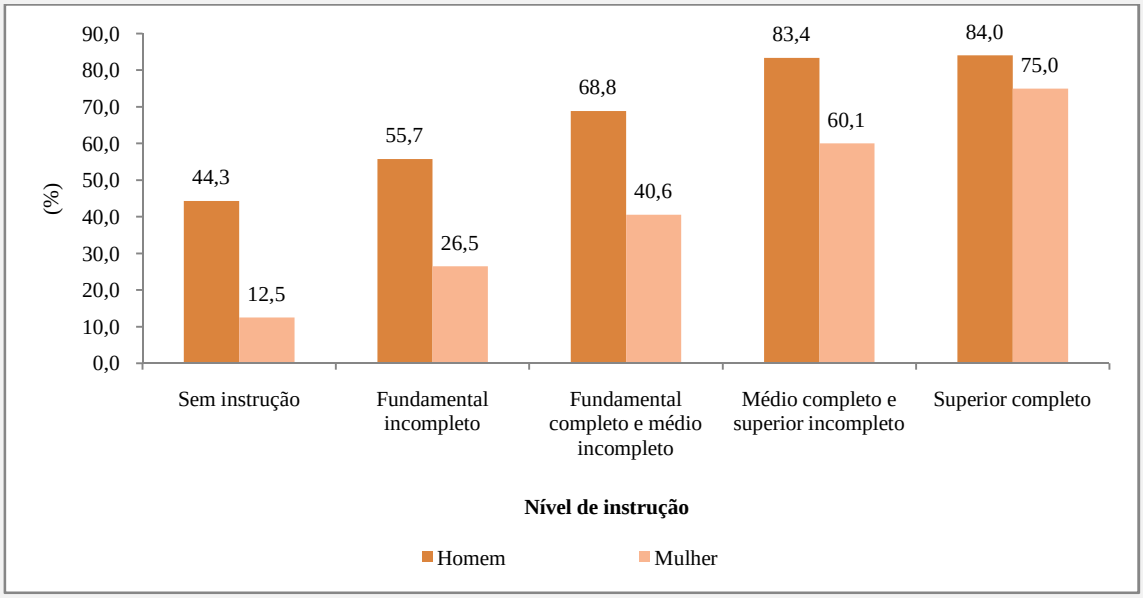


Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

A escolaridade da população é um fator importante que deve ser levado em consideração quando se analisa o mercado de trabalho. O nível de instrução não apenas garante a obtenção de emprego, mas, melhores condições e salários (BORJAS, 1996; LAM; 1999). Nesse quesito, há uma pequena diferença entre os sexos, favorável às mulheres: a escolaridade média da população feminina com dez anos ou mais, em Minas Gerais e em 2011, é um pouco maior que a dos homens, 7,1 contra 6,7 anos de estudo (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2012).

Ao se analisarem as desigualdades na participação do mercado de trabalho entre os sexos por grupo de escolaridade (gráfico 4), observa-se a maior dificuldade de inserção das mulheres com níveis mais baixos de instrução. A taxa de atividade de ambos os sexos aumenta com a escolaridade, mas o crescimento é maior para a população feminina. Dessa forma, a diferença no nível de atividade entre os sexos diminui com o aumento da escolaridade. Essa diminuição é bastante significativa. Entre as mulheres sem instrução, apenas 12,5% encontram-se na força de trabalho. Para os homens, esse valor é de 44,3%. Por outro lado, entre as mulheres com curso superior completo, 75% delas encontram-se na força de trabalho. No caso dos homens, esse percentual é de 84%.

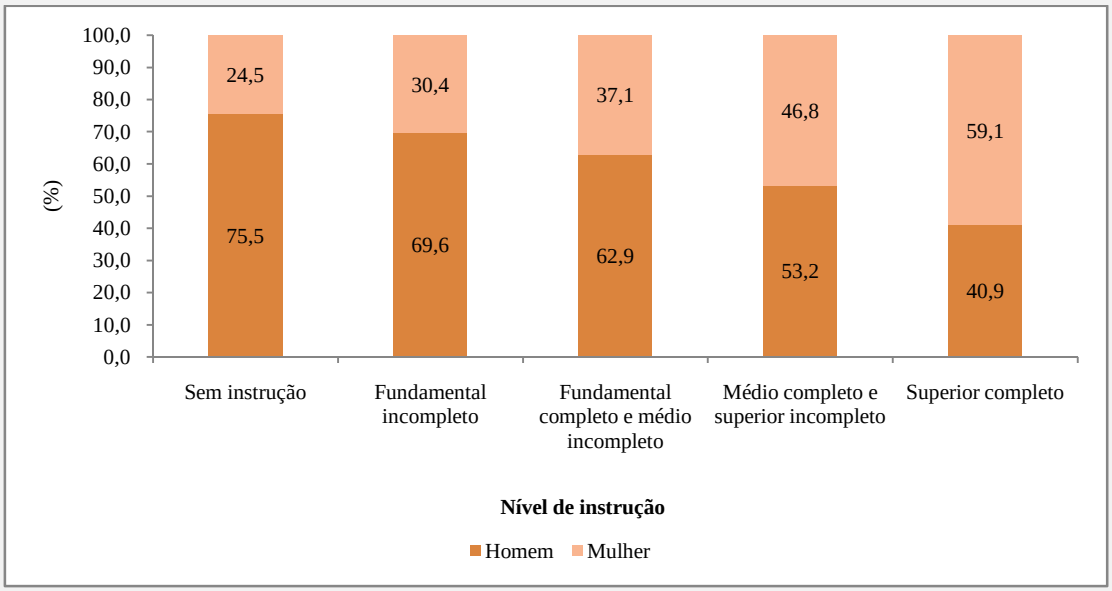
Gráfico 4 - Taxa de atividade das pessoas com dez anos ou mais de idade por sexo e nível de instrução - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

No grupo de pessoas mais escolarizadas, apesar de a taxa de atividade feminina ainda ser menor que a masculina, as mulheres já representam mais da metade da força de trabalho, gráfico 5. Entre as pessoas economicamente ativas com ensino médio completo ou superior incompleto, 46,8% são mulheres e 53,2% são homens. Entre as pessoas economicamente ativas com ensino superior completo, 59,1% são mulheres e 40,9% são homens. Cabe destacar que o percentual de mulheres com ensino médio ou mais é maior que dos homens. Segundo dados da PAD-MG de 2011, 32,1% das mulheres mineiras possuem esse nível de instrução, enquanto, para os homens, esse percentual é de 25,9%.

Gráfico 5 - Distribuição de mulheres e homens com dez anos ou mais de idade na População Economicamente Ativa (PEA) por nível de instrução - Minas Gerais - 2011

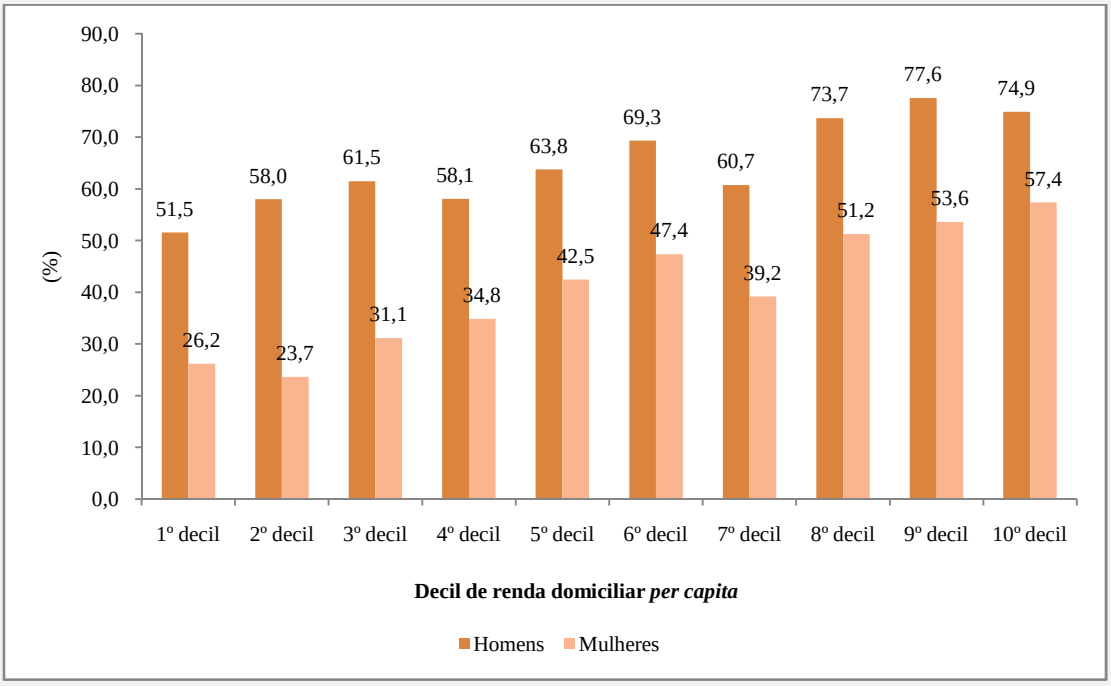


Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

A taxa de atividade maior para as mulheres mais instruídas ocorre "[...] não só porque o mercado de trabalho é mais receptivo ao trabalhador mais qualificado de modo geral, mas também porque elas podem ter atividades mais gratificantes e bem remuneradas, que compensam os gastos com a infraestrutura doméstica necessária para suprir a sua saída do lar" (BRUSCHINI, C, 2000, pp. 21-22). Pode-se dizer, portanto, que, devido ao papel socialmente atribuído de cuidadora dos filhos e da manutenção doméstica, somada à falta de uma rede de apoio pública satisfatória para as crianças (provisão de creches e escolas em tempo integral), as mulheres menos escolarizadas, com retorno salarial menor, de modo geral, são forçadas a se retirar da força de trabalho.

O gráfico 6 apresenta a taxa de atividade de homens e mulheres segundo o decil de renda *per capita* domiciliar e confirma essa situação. Nos domicílios mais pobres, situados nos primeiros decis de renda, a taxa de atividade é menor para ambos os sexos, mas é bem menor para as mulheres. À medida que se caminha para os domicílios mais ricos, decis superiores, diminui a diferença na taxa de atividade entre homens e mulheres.

Gráfico 6 - Taxa de atividade das pessoas de dez anos ou mais de idade por sexo e decil de renda domiciliar *per capita* - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Conforme visto anteriormente, a taxa de atividade tem uma forte relação com o ciclo de vida do indivíduo: nas idades intermediárias, as taxas de atividade tanto masculina como feminina são mais altas. Por outro lado, algumas características do individuo, principalmente demográficas, também estão relacionadas ao ciclo de vida. O estado civil (solteiro, casado, viúvo entre outros.) e a condição no domicílio (chefe, cônjuge, filho entre outros.), por exemplo, alteram-se ao longo da vida e não são iguais para homens e mulheres. Para exemplificar, pode-se citar a posição de chefe no domicílio. Os homens chefes possuem idade média de 47,1 anos, 66,9% são casados e apenas 4,2%, viúvos. Para as mulheres chefes, com idade

média de 50 anos, esses valores são de, respectivamente, 30,2% e 26,2%. Dessa forma, a taxa de atividade de homens e mulheres chefes pode ser influenciada pela sua estrutura etária, já que para as mulheres chefes ela é mais envelhecida. Devido a essas questões, as análises da taxa de atividade consideradas por características domiciliares selecionadas serão feitas levando-se em conta dois cortes etários: população de dez anos ou mais de idade e população de 20 a 59 anos. As variáveis consideradas são aquelas citadas na literatura especializada como determinantes da participação, principalmente da mulher, no mercado de trabalho, tais como número de filhos, posição no domicílio, arranjo domiciliar e estado civil (RIOS-NETO, 1995 APUD LEME e WAJNMAN, 2003; SEDLACEK e SANTOS, 1991).

A tabela 2 apresenta a taxa de atividade por características demográficas selecionadas. Tomando apenas a população na faixa etária intermediária, 20 a 59 anos, os principais pontos são: a) a maior taxa de atividade acontece para as mulheres sem filhos, enquanto, para os homens, o valor mais alto é dos que possuem dois filhos. Observa-se também que quanto maior o número de filhos menor a taxa de atividade feminina; b) quando se considera a existência de filhos com até seis anos de idade, a taxa de atividade feminina é menor ainda e o impacto negativo do aumento do número de filhos pequenos é mais acentuado. O inverso ocorre para os homens: quanto maior a quantidade de filhos pequenos maior a sua participação no mercado de trabalho; c) considerando a relação com o chefe no domicílio, as filhas possuem maior participação no mercado de trabalho; para os homens, a taxa maior é dos cônjuges ou companheiros; d) a taxa de atividade das desquitadas é bastante alta; e) mulheres chefes de domicílio com filhos e/ou agregados possuem as taxas de participação no mercado de trabalho mais altas, enquanto, entre os homens, a maior participação encontra-se nos arranjos tradicionais, casais com filhos.

Tabela 2-A - Taxa de atividade por sexo e características demográficas selecionadas - Minas Gerais - 2011 - (%)

(Continua)

ESPECIFICAÇÃO	POPULAÇÃO COM 10 OU MAIS DE IDADE		POPULAÇÃO COM 20 A 59 ANOS DE IDADE	
	homem	mulher	homem	mulher
Cor/raça				
Branca	65,6	41,0	85,6	55,4
Preta	66,6	41,2	84,2	53,7
Parda	63,1	38,6	84,8	52,9
Número de filhos no domicílio				
Sem filhos	63,5	37,0	83,3	55,9
Um filho	68,6	42,2	85,9	54,5
Dois filhos	66,1	41,5	86,4	54,0
Três ou mais filhos	59,2	37,8	83,8	52,2
Número de filhos no domicílio com até 6 anos de idade				
Sem filhos de até seis anos	61,9	40,6	82,8	56,7
Um filho de até seis anos	76,9	38,6	93,9	46,9
Dois filho de até seis anos	78,7	31,7	94,1	37,5
Três ou mais filhos de até seis anos	83,4	23,2	96,0	26,0

Tabela 2-B - Taxa de atividade por sexo e características demográficas selecionadas - Minas Gerais - 2011 - (%)

(Conclusão)

ESPECIFICAÇÃO	POPULAÇÃO COM 10 OU MAIS DE IDADE		POPULAÇÃO COM 20 A 59 ANOS DE IDADE	
	homem	mulher	homem	mulher
Relação com o chefe do domicílio				
Pessoa responsável	76,3	40,8	88,8	55,3
Cônjuge/companheiro(a)	79,7	42,9	89,3	47,7
Filho(a)/enteado(a)	48,9	37,3	77,8	65,0
Outros	51,8	34,4	78,0	59,0
Estado civil (1)				
Casado(a)	77,5	41,5	89,2	47,1
Desquitado(a)/divorciado(a)	73,1	60,0	84,3	68,9
Viúvo(a)	28,5	15,4	73,1	39,1
Solteiro(a)	66,3	48,4	81,2	61,3
Arranjo domiciliar				
Pessoa sozinha	63,4	29,5	82,8	58,6
Casal sem filhos	65,1	40,3	86,5	53,1
Casal com filhos	68,2	39,8	88,1	50,5
Casal com filhos e outros	61,7	38,7	84,2	52,2
Casal com outros	50,2	28,2	79,8	45,4
Chefe com filhos	56,8	44,6	79,4	62,3
Chefe com filhos e outros	55,3	41,6	75,0	60,2
Chefe com outros	65,0	40,9	79,5	63,9

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

(1) Na PAD-MG o estado civil foi perguntando apenas para as pessoas acima de 14 anos.

3 OCUPAÇÃO E GÊNERO

A População Economicamente Ativa (PEA) é dividida em população ocupada – efetivamente trabalhando – e desocupada – em busca de trabalho. Em Minas Gerais, em 2011, do total da PEA masculina, 5.139 mil homens eram ocupados e 185 mil desocupados, o que resultou em uma taxa de desocupação – porcentagem de desocupados sobre a PEA – de 3,5%. No caso das mulheres, a população ocupada foi de aproximadamente 3.237 mil e a desocupada, 211 mil. A taxa de desocupação foi quase o dobro da masculina, de 6,1% (tabela 3). Esse diferencial da taxa de desemprego entre os sexos é um fenômeno que não ocorre apenas em Minas Gerais, mas no Brasil e em diversos outros países. Segundo Lavinas (2000), a taxa de desemprego feminina ultrapassou a masculina no final da década de 90. Esse aumento está associado com o crescimento da taxa de atividade das mulheres e a maior disputa de empregos entre os sexos em setores mais favoráveis às mulheres, como o de serviços.

Tabela 3 - População de dez anos ou mais de idade ocupada, desocupada e taxa de desocupação por sexo - Minas Gerais - 2011

ESPECIFICAÇÃO	OCUPADOS	DESOCUPADOS	TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%)
Total	8 376 738	396 311	4,5
Homens	5 139 387	184 980	3,5
Mulheres	3 237 351	211 331	6,1

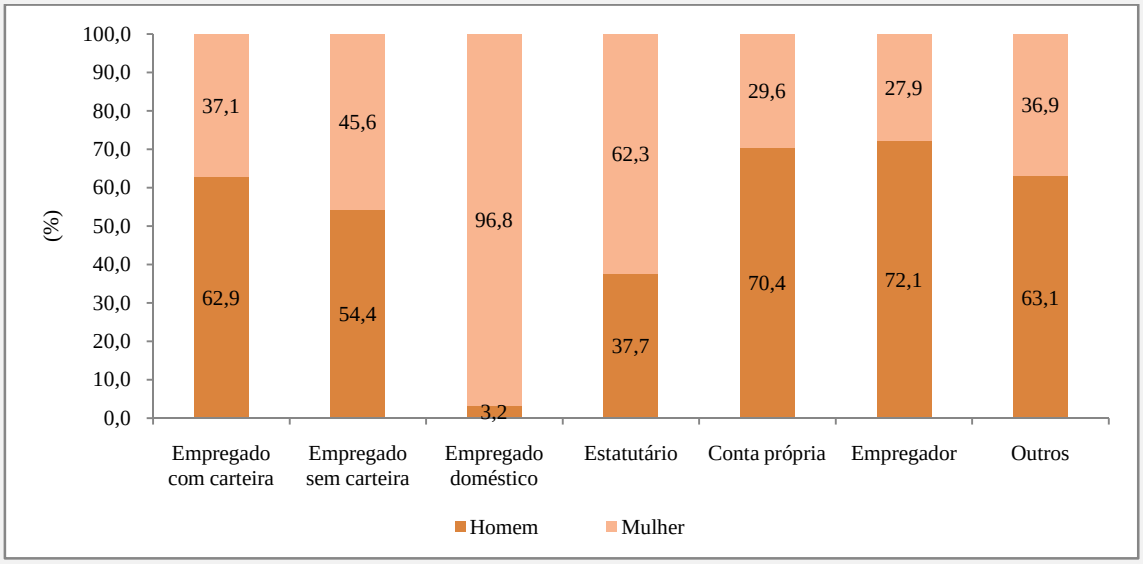
Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

A desigualdade de gênero no mercado de trabalho se dá não apenas pelas diferenças na participação da mulher no mercado de trabalho, mas também pela forma diferenciada dessa inserção nas diferentes ocupações e pelos diferentes salários entre homens e mulheres, bem menores para elas.

Nesse contexto, é necessário saber como se dá a inserção de homens e mulheres nos diferentes grupos ocupacionais e verificar a tendência de ambos trabalharem em ocupações diferentes. A distribuição por sexo em cada grupo de ocupação (gráfico 7) mostra que os homens são maioria em praticamente todas as ocupações, com exceção do grupo empregado doméstico e estatutário. Alguns pontos, porém, merecem destaque. A participação maior de homens se dá no grupo dos empregadores (72,1%), caracterizado pelas pessoas que trabalham no próprio empreendimento, com pelo menos um empregado. Em seguida vem a ocupação de trabalhador por conta própria (70,4%) – pessoa que trabalha explorando o próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado. Já para as mulheres, a participação maior se dá na categoria empregado doméstico, 96,8%. Pode-se dizer, portanto, que essa ocupação é predominantemente feminina. Em seguida aparece a categoria estatutário, com 62,3% de mulheres. Destaca-se também a ocupação empregado sem carteira. Apesar da maior participação de homens, o percentual de mulheres também é expressivo, 45,6%. Na categoria outros se encontram os trabalhadores não remunerados membros da unidade domiciliar, outro trabalhador não remunerado e outro trabalhador remunerado. Na

desagregação dessa categoria destaca-se o alto percentual de mulheres não remuneradas membro da unidade domiciliar (51,8%).

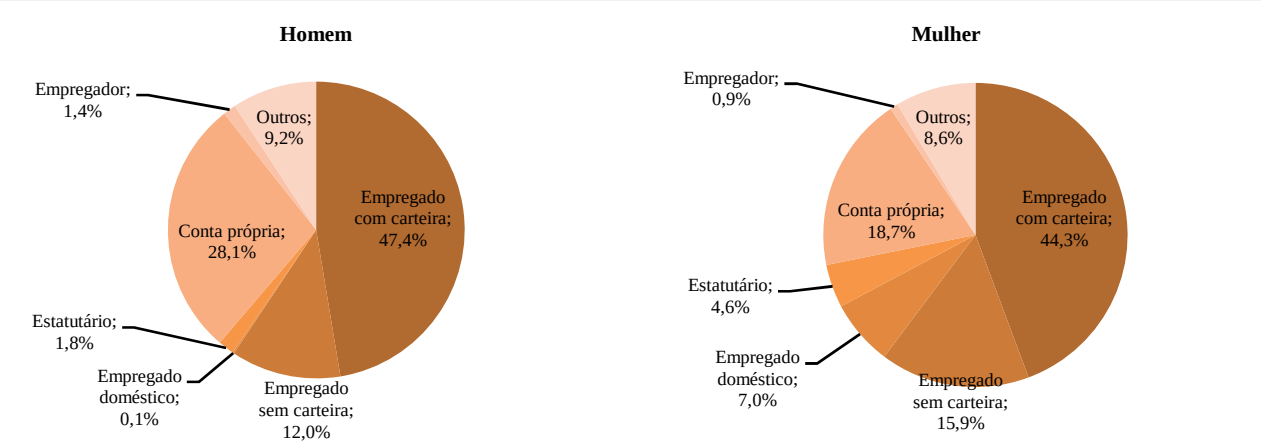
Gráfico 7 - Distribuição de homens e mulheres ocupados com dez anos ou mais de idade por grupo de ocupação - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Outra forma de estudar a segregação ocupacional é conhecer como mulheres e homens se distribuem entre as ocupações (gráfico 8). Por meio desse gráfico, percebe-se que, do total de mulheres ocupadas com dez anos ou mais de idade, quase a metade, 44,3%, são empregadas com carteira assinada. A segunda ocupação com maior peso relativo para as mulheres é conta própria, com 18,7% das mulheres ocupadas. Essas ocupações também são as mais representativas para os homens, com peso maior, porém, que para as mulheres: 47,4% e 28,1% respectivamente. Outro ponto de destaque é o maior peso que as categorias empregado sem carteira assinada, empregado doméstico e estatutário possuem para as mulheres *vis a vis* os homens.

Gráfico 8 - Distribuição dos grupos ocupacionais para homens e mulheres ocupados com dez anos ou mais de idade - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

A análise por posição na ocupação mostra que ainda existe uma diferença entre as ocupações para homens e mulheres. Na população feminina, é maior o percentual de empregados sem carteira assinada, empregado doméstico ou trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar. Tais ocupações apresentam nível de precariedade maior ou são menos valorizadas no mercado de trabalho.

Considerando a distribuição ocupacional por região de planejamento para homens e mulheres (tabela 4), observa-se que ela é bastante semelhante ao encontrado para Minas Gerais. Em todas as regiões há uma maior proporção de mulheres sem carteira assinada, empregadas domésticas e estatutárias, em comparação com os homens e, por outro lado, uma proporção maior de homens empregados com carteira assinada e trabalhando por conta própria em relação às mulheres. Algumas diferenças regionais para cada sexo, todavia, merecem ser destacadas (tabela 4).

No caso dos homens os principais diferenciais regionais encontrados são: a) as regiões Triângulo e RMBH são as que possuem o maior percentual de trabalhadores com carteira de trabalho assinada, enquanto que Norte e Jequitinhonha/Mucuri possuem o menor percentual; b) no Jequitinhonha/Mucuri e no Rio Doce é maior o percentual de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e c) as regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri possuem o maior percentual de homens na ocupação por conta própria.

No caso das mulheres, as principais diferenças entre as regiões são: a) as regiões Jequitinhonha/Mucuri e Norte possuem maior percentual de mulheres empregadas sem carteira assinada; b) na região Norte sobressai a participação das mulheres que trabalham por conta própria e c) na região Noroeste é alta a porcentagem de trabalhadoras domésticas e estatutárias em relação às outras regiões.

Tabela 4-A - Distribuição dos grupos ocupacionais para a população ocupada de dez anos ou mais de idade por sexo e região de planejamento e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - Minas Gerais - 2011 - (%)

(Continua)

ESPECIFICAÇÃO	EMPREGADO COM CARTEIRA	EMPREGADO SEM CARTEIRA	EMPREGADO DOMÉSTICO	ESTATUTÁRIO	CONTA PRÓPRIA	EMPREGADOR	OUTROS
			Homem				
Minas Gerais	**47,4**	**12,0**	**0,1**	**1,8**	**28,1**	**1,4**	**9,2**
Norte	28,3	16,6	0,2	1,8	39,5	0,4	13,3
Rio Doce	40,5	18,5	0,4	1,9	29,5	1,5	7,8
Zona da mata	40,1	15,1	0,0	1,6	29,0	2,2	12,0
Noroeste	42,9	11,0	0,1	2,1	27,8	1,4	14,6
Central	48,1	9,3	0,1	2,2	29,8	1,7	8,9
Sul	49,1	10,9	0,0	1,0	29,1	1,0	8,7
Triângulo	57,9	12,5	0,2	1,6	21,9	1,5	4,4
Alto Paranaíba	48,3	8,1	0,1	0,9	27,5	3,3	11,9
Centro Oeste	49,1	13,5	0,1	1,7	28,4	1,1	6,0
Jequitinhonha/Mucuri	25,0	18,5	0,7	1,1	33,7	1,1	19,9
RMBH	58,7	7,5	0,1	2,4	23,0	1,3	7,1

Tabela 4-B - Distribuição dos grupos ocupacionais para a população ocupada de dez anos ou mais de idade por sexo e região de planejamento e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - Minas Gerais - 2011 - (%)

(Conclusão)

ESPECIFICAÇÃO	EMPREGADO COM CARTEIRA	EMPREGADO SEM CARTEIRA	EMPREGADO DOMÉSTICO	ESTATUTÁRIO	CONTA PRÓPRIA	EMPREGADOR	OUTROS
			Mulher				
Minas Gerais	**44,3**	**15,9**	**7,0**	**4,6**	**18,7**	**0,9**	**8,6**
Norte	21,5	25,5	7,4	4,8	26,6	0,5	13,7
Rio Doce	36,0	21,9	8,1	5,1	21,8	1,3	5,8
Zona da mata	41,0	16,1	4,3	5,2	17,9	1,3	14,2
Noroeste	26,6	20,5	12,1	10,5	19,4	1,2	9,7
Central	41,8	14,0	8,0	5,2	20,3	1,3	9,3
Sul	48,4	14,9	6,4	4,0	17,8	0,6	7,8
Triângulo	52,7	14,9	8,1	5,4	14,5	0,9	3,5
Alto Paranaíba	43,8	17,4	5,6	1,9	19,0	2,6	9,7
Centro Oeste	46,8	15,2	6,0	4,6	22,5	0,2	4,7
Jequitinhonha/Mucuri	24,9	29,3	9,3	5,0	16,0	0,3	15,1
RMBH	53,3	11,2	7,1	4,0	16,9	0,6	6,9

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

No que tange às desigualdades salariais, as mulheres, apesar de possuírem maior escolaridade, possuem salários médios menores em todas as ocupações, exceto empregado doméstico, que, praticamente não há homens nessa ocupação.

As mulheres ocupadas recebem em média 27% a menos que os homens. A maior diferença salarial é encontrada na posição “conta própria”; a menor, na posição “outros” seguida de “empregados sem carteira de trabalho assinada”. Por outro lado, a escolaridade das mulheres, um dos principais determinantes da renda do trabalho, é maior que a dos homens em todas as posições ocupacionais. Outro fator que afeta a renda do trabalho é o número de horas trabalhadas. Sua média na semana é menor para as mulheres quando comparada à média masculina. Mesmo o rendimento/hora médio (rendimento do trabalho principal dividido pelo número de horas trabalhadas na semana) é menor para as mulheres (tabela 5).

Tabela 5 - Rendimento médio do trabalho principal, anos médio de estudo, média de horas trabalhada e média do rendimento hora da população ocupada de dez anos ou mais de idade por sexo e posição na ocupação (1) - Minas Gerais - 2011

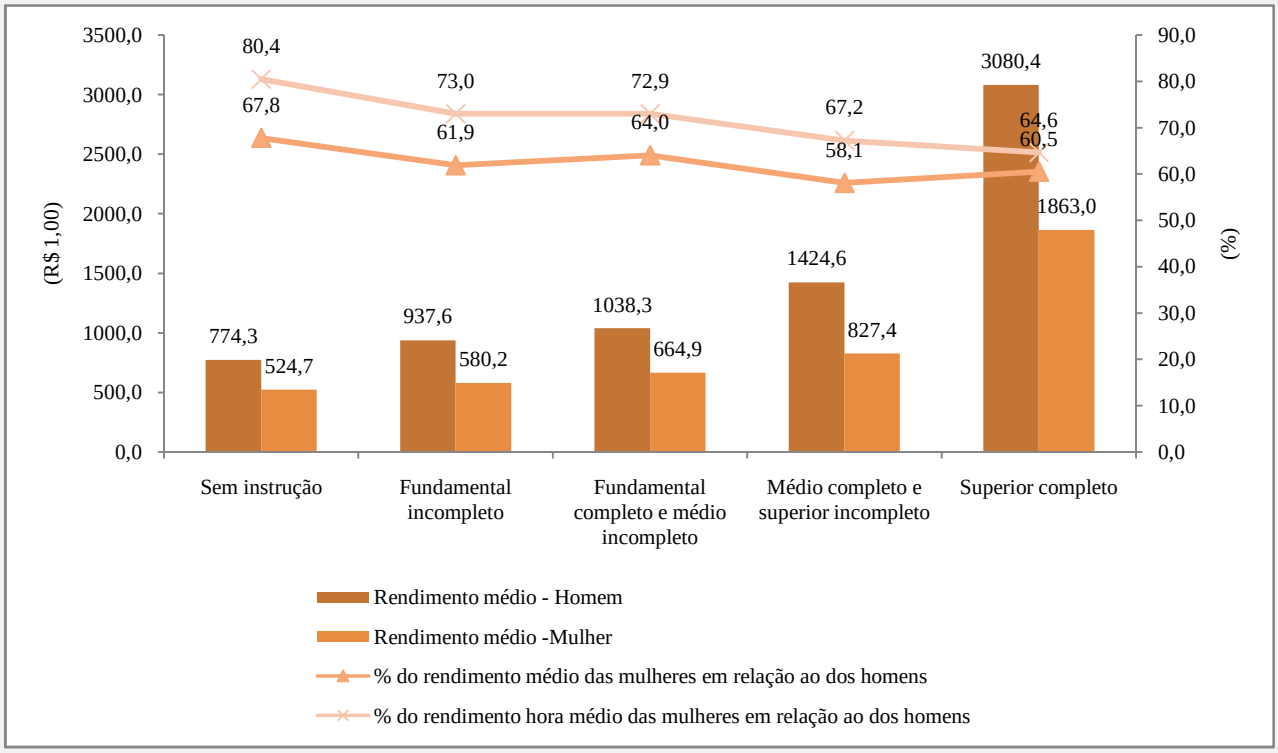
ESPECIFICAÇÃO	RENDIMENTO DO TRABALHO PRINCIPAL MÉDIO (R$1,00)		% DO RENDIMENTO MÉDIO DAS MULHERES EM RELAÇÃO AO DOS HOMENS	ANOS MÉDIO DE ESTUDO		MÉDIA DE HORAS TRABALHADA		RENDIMENTO DIVIDIDO POR HORAS TRABALHADAS (R$1,00)	
	homem	mulher		homem	mulher	homem	mulher	homem	mulher
Total	1.215,86	887,99	73,03	7,4	9,1	42,4	37,5	30,57	25,47
Empregado com carteira	1.192,13	911,07	76,42	8,2	9,8	43,1	40,8	29,39	24,10
Empregado sem carteira	1.042,26	842,78	80,86	7,1	9,7	41,4	35,7	26,32	24,43
Empregado doméstico	434,35	566,49	130,42	4,8	5,8	38,5	34,2	14,61	16,57
Estatutário	2.292,12	1.524,22	66,50	11,6	13,2	38,6	31,6	62,83	49,73
Conta própria	1.339,90	869,88	64,92	6,3	7,9	43,0	36,2	33,27	27,47
Empregador	3.042,25	2.199,78	72,31	9,6	11,0	46,4	39,3	87,81	68,03
Outros	754,73	635,25	84,17	5,7	7,4	38,6	32,2	20,46	19,73

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

(1) Não considera as pessoas com rendimento do trabalho principal nulo.

O rendimento médio das mulheres no trabalho principal é inferior ao dos homens independentemente do nível de escolaridade (gráfico 9). Percebe-se um aumento dessa diferença de rendimento entre os sexos, no entanto, com o aumento da escolaridade. As mulheres sem instrução recebem, em média, 32,2% a menos que os homens em situação idêntica. Já as mulheres com curso superior completo ganham 39,5% a menos que os homens desse mesmo grupo. Esse padrão se verifica mesmo quando se considera a proporção do rendimento por hora das mulheres em relação ao dos homens.

Gráfico 9 - Rendimento médio do trabalho principal (1) das pessoas de dez anos ou mais de idade por sexo e nível de instrução - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

(1) Não considera as pessoas com rendimento do trabalho principal nulo.

3.1 Condição de ocupação e tempo

Outra questão que deve ser levada em consideração é o tempo gasto em afazeres domésticos, ou seja, o cuidado com os filhos e a casa. Esse trabalho não é contabilizado na maioria das pesquisas oficiais como atividade da força de trabalho. Isso penaliza as mulheres já que elas ainda são as principais responsáveis por esses serviços (tabela 6). Segundo dados da PAD-MG, em 2011, o tempo médio das mulheres gasto em afazeres domésticos por semana era mais que o dobro do tempo dos homens, 23,6 horas contra 9,8 horas. Mesmo entre a população ocupada com mais de dez anos de idade, o tempo gasto pela mulher com afazeres domésticos é bem maior que o do homem.

Ainda com relação ao cuidado com os filhos, na PAD-MG há um quesito sobre a pessoa responsável por acompanhar as atividades escolares das pessoas de até 24 anos que frequentam a escola. A maioria, 51,8%, informou que a pessoa que acompanha as atividades escolares é a mãe; 9,1%, pai e mãe; e 3,3%, o pai. Esse resultado reforça a maior participação da mulher no cuidado com os filhos.

Segundo Bruschini (2007), a persistência da responsabilidade das mulheres pelos afazeres domésticos e cuidados com os filhos revela a permanência das condições de desigualdade entre homens e mulheres.

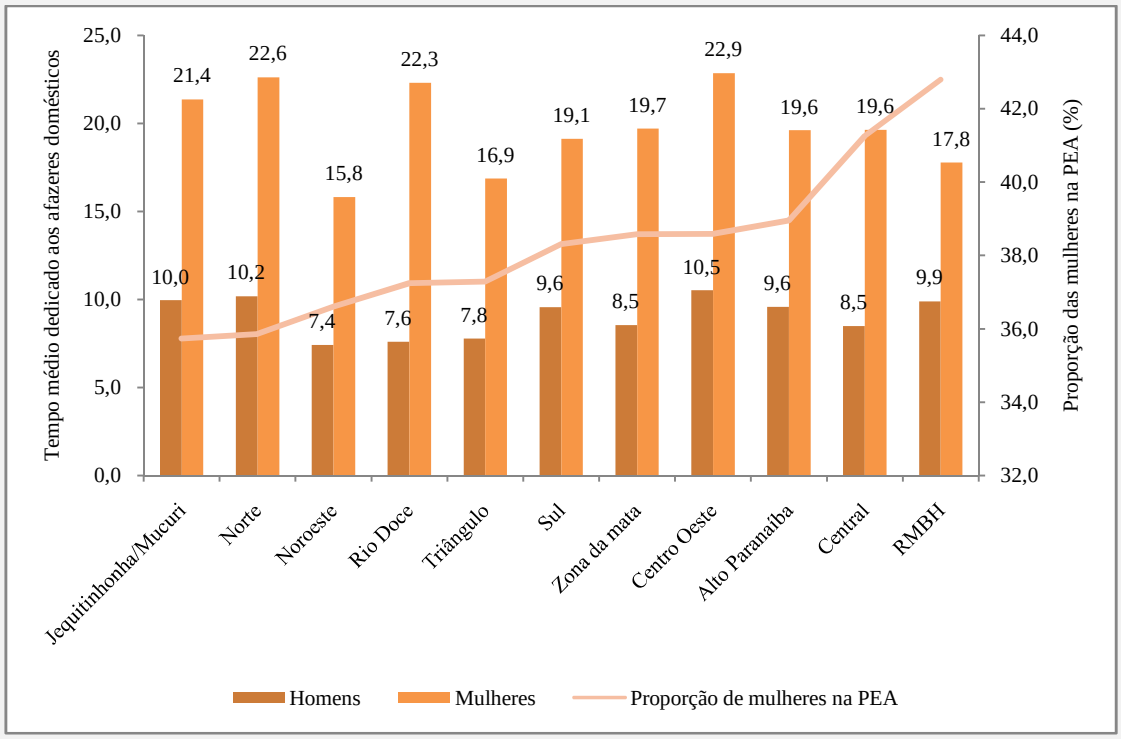
Tabela 6 - Tempo médio gasto em afazeres domésticos na semana das pessoas de dez anos ou mais de idade por sexo e condição de atividade - Minas Gerais - 2011

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		INATIVO	TOTAL
	ocupado	desocupado		
Homem	9,2	11,0	10,7	9,8
Mulher	19,5	23,4	26,4	23,6

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

O tempo médio gasto pelas mulheres ocupadas em afazeres domésticos varia entre as regiões de planejamento conforme pode ser visto no gráfico 10. No caso dos homens, a diferença regional é bem menor. Nas regiões Centro-Oeste, Rio Doce, Norte e Jequitinhonha/Mucuri, as mulheres ocupadas passam mais tempo em afazeres domésticos. Nas regiões Noroeste e RMBH, o tempo gasto é menor. Parece não haver relação entre a participação da mulher no mercado de trabalho e o tempo gasto em afazeres domésticos.

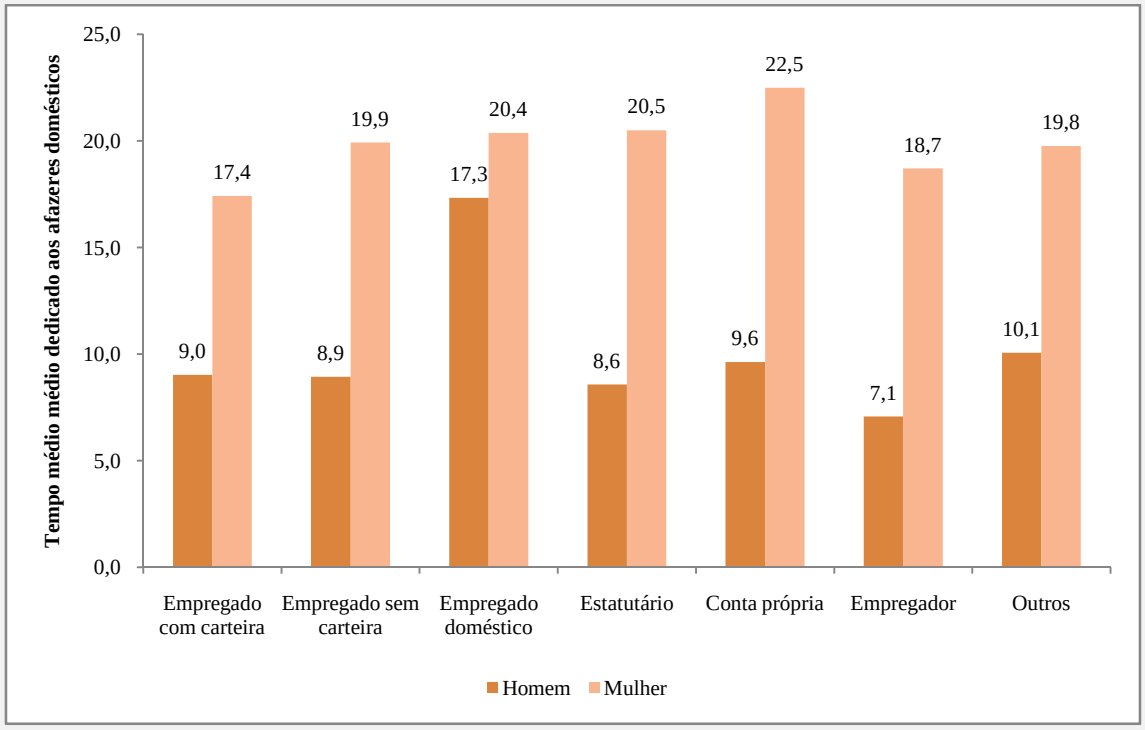
Gráfico 10 - Tempo médio gasto em afazeres domésticos na semana das pessoas ocupadas de dez anos ou mais de idade por sexo e condição de atividade segundo região de planejamento e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

O tempo médio dedicado pelas mulheres ocupadas aos afazeres domésticos é maior que o dos homens ocupados. Essa diferença se dá independentemente do grupo ocupacional conforme pode ser visto no gráfico 11. Ressalta-se, porém, que, tanto para homens quanto para as mulheres, há uma diferença no tempo despendido nos trabalhos domésticos entre os grupos ocupacionais. A maior diferença do tempo gasto para os sexos pode ser encontrada entre os trabalhadores por conta própria, seguido das ocupações de estatutário e empregador. Essas profissões podem permitir uma flexibilização maior do tempo de trabalho. No grupo ocupacional empregado doméstico está a menor diferença entre os sexos. Ressalta-se que a representação masculina é muito pequena nesse grupo, o que pode distorcer os dados. Empregado com carteira de trabalho assinada é o segundo grupo com menor diferença entre homens e mulheres no que diz respeito ao tempo dedicado aos afazeres domésticos.

Gráfico 11 - Tempo médio gasto em afazeres domésticos na semana das pessoas ocupadas de dez anos ou mais de idade por sexo e posição na ocupação - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

O comportamento das inativas também é importante para compreender melhor o papel socialmente atribuído à mulher no que tange aos cuidados da casa. A PAD-MG indagou às pessoas que não trabalhavam e não procuravam trabalho, ou seja, as inativas, qual era a sua condição ou situação principal nos últimos sete dias. Observa-se uma grande diferença na distribuição de homens e mulheres entre as diferentes situações (tabela 7). Dos homens inativos com dez anos ou mais de idade, 47,5% eram estudantes, seguido de aposentados ou pensionistas. No caso das mulheres inativas nessa faixa etária, a maioria, 43,6%, realizava serviços domésticos e apenas 26,3% eram estudantes. Quando se considera o grupo etário de 20 a 59 anos, faixa onde se concentra o maior número de pessoas ativas, os resultados são diferentes. Destaca-se o grande percentual de mulheres inativas nessa faixa etária que cuidam de afazeres domésticos (73%). Para os

homens esse valor é de 3,3%. No caso deles, destaca-se o percentual de inativos que realizam outras atividades (27%) e que são aposentados ou pensionistas (25,4%).

Tabela 7 - Distribuição de mulheres e homens inativos por condição ou situação principal nos últimos 7 dias - Minas Gerais - 2011 - (%)

ESPECIFICAÇÃO	POPULAÇÃO INATIVA			
	DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE		DE 20 A 59 ANOS DE IDADE	
	homem	mulher	homem	mulher
Aposentado ou pensionista de órgão previdenciário do governo	29,8	22,0	25,4	9,8
Licenciado do INSS ou previdência	3,3	1,5	9,3	2,2
Cuidava de afazeres domésticos	1,5	43,6	3,3	73,0
Estudante	47,5	26,3	12,7	5,2
Vivia de renda	0,7	0,2	2,4	0,4
Vivia da ajuda de parentes ou conhecidos	7,3	3,3	19,5	4,9
Outra	9,8	3,0	27,0	4,4
Não sabe/Não respondeu	0,1	0,1	0,3	0,1
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

O maior tempo gasto pelas mulheres, ativas ou inativas, com as atividades domésticas mostra como as normas culturais da divisão social do trabalho ainda são bastante acentuadas em Minas Gerais. Essas normas, que atribuem à população feminina as maiores responsabilidades no cuidado da casa e dos filhos, trazem impactos negativos para a mulher quando se analisam detalhes da divisão dos gêneros no mercado de trabalho, como menor taxa de atividade e menores salários, mesmo as mulheres tendo nível educacional maior, menor número de horas dedicadas ao trabalho, ocupação em posições de menor prestígio e sobrecarga ao dividir seu tempo entre trabalho e cuidados da casa.

3.2 Trabalho informal

Não existe uma definição universalmente aceita para economia informal. O conceito abrange uma diversidade de situações e unidades considerável, como trabalhadores, empresas e empresários. De acordo com a Conferência Internacional do Trabalho de 2002 (KREIN e PRONI, 2010), no entanto, trata-se, em termos gerais, de atividades econômicas não abrangidas por disposições formais que, em virtude da legislação ou da prática, não operam em conformidade com a lei ou, a despeito de operarem no âmbito da lei, não apresentam legislação aplicada ou respeitada. Tais atividades podem incluir trabalhadores assalariados, por conta própria e de empresas familiares, com diferentes graus e tipos de vulnerabilidades.

Apesar da diversidade de situações abrangidas sob o termo de “economia ou atividade informal”, algumas características comuns podem ser delineadas. Entre elas, indefinição dos locais de trabalho, condições de desempenho de atividades que não garantem a segurança, rendimentos baixos e irregulares, longas jornadas de trabalho, ausência de proteção social, baixos níveis exigidos de qualificação, falta de acesso à informação, formação e tecnologia, baixo nível de organização, emprego ocasional, vinculação ao trabalho baseada no parentesco, ausência de acordos contratuais e garantias formais.

Ainda que o conceito de economia informal implique em algum nível de inconformidade com as legislações trabalhistas, ele se distingue do conceito de economia ilícita. Assim, enquanto essa última diz respeito a produtos e serviços ilegais, com possível envolvimento de atividades criminosas, economia informal se refere a trabalhos e empresas não registradas, sem que os produtos associados a suas atividades tenham natureza ilegal propriamente dita, mas que operam de maneira desestruturada. Ainda assim, mesmo empresas e organizações formais e estruturadas podem manter em seus quadros trabalhadores em situação informal.

A despeito do processo de recuperação do emprego com vínculo formal observada pelo país na última década (BRUSCHINI, 2007), o mercado de trabalho, de modo geral, é marcado pela heterogeneidade de formas de vinculação. Há formas de contratação ilegal de trabalhadores, contratos atípicos, trabalho em domicílio e autônomos sem inscrição na previdência social, entre outras formas de emprego. Nesse contexto, a chamada economia informal abriga uma diversidade de situações, que mantêm em comum, todavia, a prevalência da precariedade das condições de trabalho, sobretudo por se vincularem a atividades desempenhadas fora do contexto das instituições de seguridade social ou que se dão em desacordo com a normatização geral, como já mencionado.

Nesse sentido, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) considerava, até os anos 1970, que o setor informal urbano era formado principalmente a partir do excedente estrutural de mão de obra em países subdesenvolvidos, aquela parcela da população trabalhadora não incorporada ao padrão de emprego capitalista. Entre outras desvantagens, isso abaixava a remuneração dos ocupados e gerava uma correlação entre pobreza, faixas etárias mais baixas (ou mais altas), baixo grau de escolaridade e informalidade. (OIT, 1972). Trata-se da *velha informalidade*. Nela, sob uma interpretação sociológica que associa informalidade a pobreza, a ênfase recai sobre a insuficiência da geração de empregos. A partir dessa perspectiva, as atividades informais representam um *setor de trabalho* formado por empresas e indivíduos ocupados por atividades de baixo nível de produtividade, mas capazes de manter um caráter funcional estrutural, já que absorvem o excesso de mão de obra ou estabelecem um exército de reserva.

Outra perspectiva de conceitualização da informalidade a relaciona a processos de ilegalidade, numa abordagem sobre a *informalidade neoclássica* que confere foco sobre a racionalidade das empresas no processo de redução de custos, numa discussão sobre normas e regulações que regem o contrato de trabalho. Nesse sentido, a informalidade seria resultado da rigidez das legislações econômicas e trabalhistas. Elas induziriam ao não pagamento de impostos e ao descumprimento das legislações de trabalho como alternativas aos custos do processo de formalização (KREIN e PRONI, 2010).

Do ponto de vista das políticas públicas relacionadas ao mercado de trabalho, o que as duas perspectivas sobre informalidade geram é o conflito entre ações envolvendo a necessidade de integração do setor informal (com a superação de condições extremas de trabalho) e aquelas que postulam a extensão das políticas de proteção social à população dedicada a atividades informais. O desenho de políticas públicas que

incidam sobre o mercado informal, no entanto, encontra limites nas dificuldades de se classificarem atividades concretas como pertencentes a esse setor.

Além disso, a partir da década de 1990, a importância social e econômica das atividades informais é reconhecida. Passa-se a considerar diferentes graus de informalidade, e o termo *setor informal* é substituído por aquele que se refere à *economia informal*. Tal substituição de termos permite contemplar tanto características das unidades produtivas consideradas, quanto características das diferentes ocupações, gerando critérios mais fluidos de mensuração. De modo geral, contudo, permanece uma distinção entre atividades desempenhadas no contexto de setores (urbanos ou rurais) não estruturados e atividades desempenhadas no contexto de setores organizados da economia capitalista, mas que o fazem de maneira informal. Assim, a informalidade é questão não estritamente econômica. É, também, questão de natureza social e não deve ser tomada como aspecto transitório e anômalo, e sim como elemento pertencente às relações de mercado.

Para fins de análise, o presente boletim se concentra sobre aquelas atividades que, a despeito de se darem ou não em contextos ou instituições formais, representam categorias informalizadas de vinculação do trabalhador, seja à organização em que desempenha suas atividades, seja às instituições que normatizam o trabalho ou são responsáveis por sua seguridade. Desse modo, considera-se como trabalhadores informais o empregado assalariado sem carteira de trabalho assinada nos setores privado e público, empregada doméstica mensalista sem carteira assinada, trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar, outro trabalhador não remunerado, trabalhador por conta própria que não contribui para a previdência social, empregador que não recolhe o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e trabalhador cooperativo. Foi considerada apenas a população ocupada, com mais de dez anos de idade.

Se os modos de conceitualizar o trabalho informal geram discussões de natureza teórica e metodológica, como as resumidas acima, as explicações para a informalidade no contexto dos mercados de trabalho também permitem considerar uma multiplicidade de fatores. Desse modo, uma das explicações para a informalidade destaca as formas de entrada da população no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, a informalidade seria uma maneira de absorver uma população jovem, recém ingressa no mercado de trabalho. Atividades informais podem ser as únicas alternativas para inserção de jovens no mercado de trabalho e para a qualificação profissional. Elas podem funcionar, também, como modos de geração de empregos e rendimentos e geração de produtos.

Além disso, a informalidade pode, também, absorver a mão de obra dos maiores de 50 anos de idade, seja porque adquiriram condições financeiras de montar um negócio próprio, após longo período de trabalho formal, o que se daria em regiões mais desenvolvidas, seja porque as oportunidades de emprego formal são escassas em regiões mais atrasadas. De um modo ou de outro, essas explicações assinalam a necessidade de se observar um viés relativo às faixas de idade quando se busca entender ou caracterizar o trabalhador informal. O segundo tipo de explicação para a informalidade destaca a baixa capacidade de

geração de empregos nos segmentos de trabalho formal: o crescimento da informalidade seria consequência da precariedade dos mercados de trabalho de modo geral. Desse modo, a informalidade poderia ser vista como um fenômeno cujo crescimento ou decréscimo dar-se-ia de forma conjuntural, o que reforça a necessidade de acompanhamentos periódicos de seus indicadores.

A terceira via de argumentação para a informalidade enfatiza os processos de reorganização do trabalho assalariado, com o aumento do rigor da aplicação de legislações trabalhistas, o que pode ter aumentado a quantidade de empregos sem registro formal. Essa situação teria gerado o incremento de situações diversas, como trabalhadores autônomos e pequenos empregadores, assalariados sem vinculação formal, empregados domésticos, membros da família sem remuneração e trabalhadores que produzem para consumo próprio.

Outra perspectiva de explicação, no entanto, associa trabalho informal a empreendedorismo e procura superar a visão de que ele seja necessariamente precário. Assim, negócios por conta própria e pequenos negócios em geral seriam capazes de absorver trabalhadores, sendo capazes de interferir não apenas sobre a oferta de trabalho e mercadorias em determinado contexto, mas também sobre tipos de relação de trabalho e relação entre organizações. Aqui, o empreendedorismo, particularmente aquele relativo a pequenos negócios, beneficia a vida social e econômica de diferentes regiões (BARROS e PEREIRA, 2008). Nesse contexto, atividades informais devem ser apoiadas por iniciativas como o incremento de créditos pessoais, por exemplo. Aqui, a economia informal apresentaria certa dinâmica e importância.

Cabe, no entanto, destacar que esses conceitos e essas explicações para a informalidade no mercado de trabalho não são excludentes. Ao contrário, são a manifestação de aspectos distintos de um fenômeno bastante heterogêneo. O presente boletim, portanto, reconhece a variedade de situações abrigadas sob o conceito de informalidade, mas, por razões metodológicas, considera-o relacionado à legalidade junto a questões relativas aos direitos trabalhistas e de seguridade. A despeito do fato de reconhecer haver situações trabalhistas informais não precárias, este trabalho destaca aquelas em que a precariedade de vínculos trabalhistas é característica central, havendo uma interface entre informalidade e insegurança nas relações de trabalho e produção.

Perguntas determinantes ao se realizar análises sobre o trabalho informal são aquelas relativas aos setores específicos da economia onde são mais frequentes, as regiões geográficas de maior ocorrência de trabalho informal, os tipos de atividades onde este tipo de vinculação também é mais prevalente, bem como sua incidência sobre os perfis demográficos específicos da população. Por exemplo, em situações de informalidade, em que ela se associa ao trabalho precário, pode-se observar uma representatividade maior de mulheres, possivelmente um dos fatores responsáveis pelas desigualdades de rendimentos entre homens e mulheres. Nesse sentido, o presente boletim tem como objetivo apresentar a distribuição da ocorrência de trabalhadores informais, sempre levando em consideração a distribuição por gênero. Para tanto, serão consideradas, também, as distribuições espaciais das atividades informais (segundo

região de planejamento, mesorregião do estado e diferenças entre áreas rurais e urbanas), as distribuições da informalidade segundo o perfil sócio demográfico do trabalhador (estado civil, faixa de idade, raça, número de filhos, grau de instrução e rendimento) e características da atividade informal desempenhada, como horas trabalhadas e local onde a atividade econômica é desenvolvida.

Assim, 40,6% dos trabalhadores pesquisados em Minas Gerais desempenham atividades de trabalho informais (tabela 8). Entre os homens, esse valor é de 40,3%; entre as mulheres, ele é ligeiramente superior, 41,1%. Parecem não existir diferenças relevantes quando comparada a concentração de trabalhadores informais segundo o sexo. No entanto, para se conhecer melhor as desigualdades de gênero, é necessário observar a distribuição das características desse trabalho informal, tema de análises que serão feitas mais adiante no presente documento.

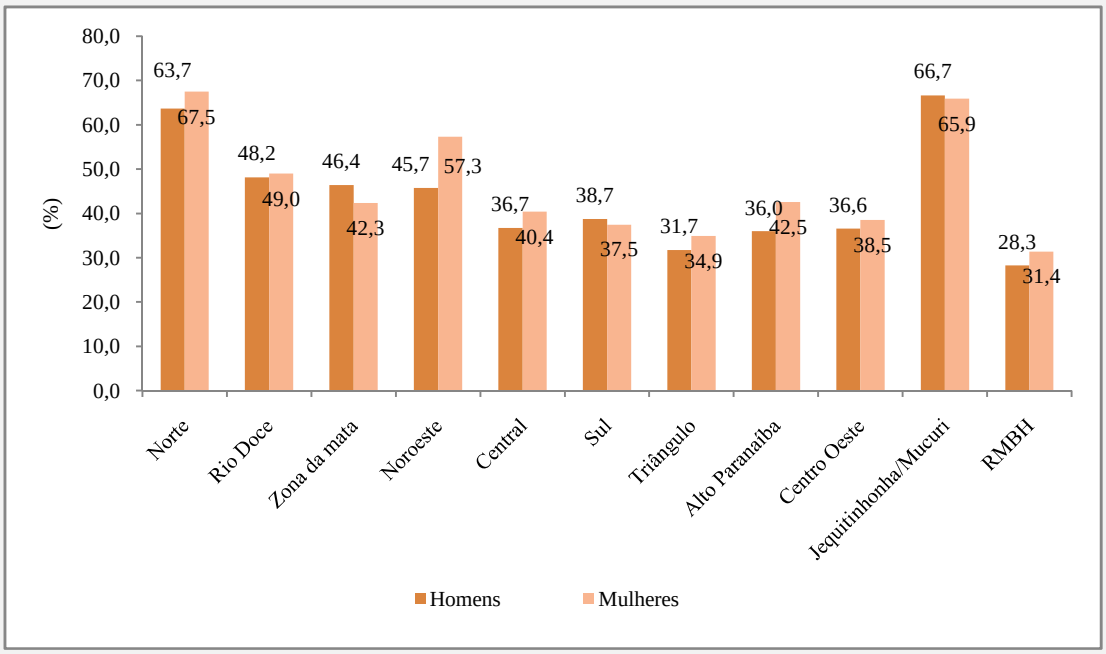
Tabela 8 - Trabalhadores informais maiores de dez anos de idade por sexo - Minas Gerais - 2011

ESPECIFICAÇÃO	TRABALHADORES INFORMAIS	
	absoluto	(%)
Total	3 365 934	40,6
Homens	2 046 495	40,3
Mulheres	1 319 439	41,1

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Nota-se que os trabalhadores informais são maiores nas regiões de planejamento com menor dinamismo econômico, como a região Norte, onde 63,7% dos trabalhadores e 67,5% das trabalhadoras são informais, e a Jequitinhonha/Mucuri, com 66,7% deles e 65,9% delas desempenhando atividades informais. As menores concentrações de informais entre as mulheres em comparação com os homens estão na Zona da Mata, no Sul e na Jequitinhonha/Mucuri (gráfico 12). A Região Metropolitana de Belo Horizonte apresenta o menor percentual de trabalhadores informais, 28,3% dos trabalhadores e 31,4% das trabalhadoras.

Gráfico 12 - Porcentagem dos trabalhadores informais de dez anos ou mais de idade por sexo e região de planejamento e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - Minas Gerais - 2011

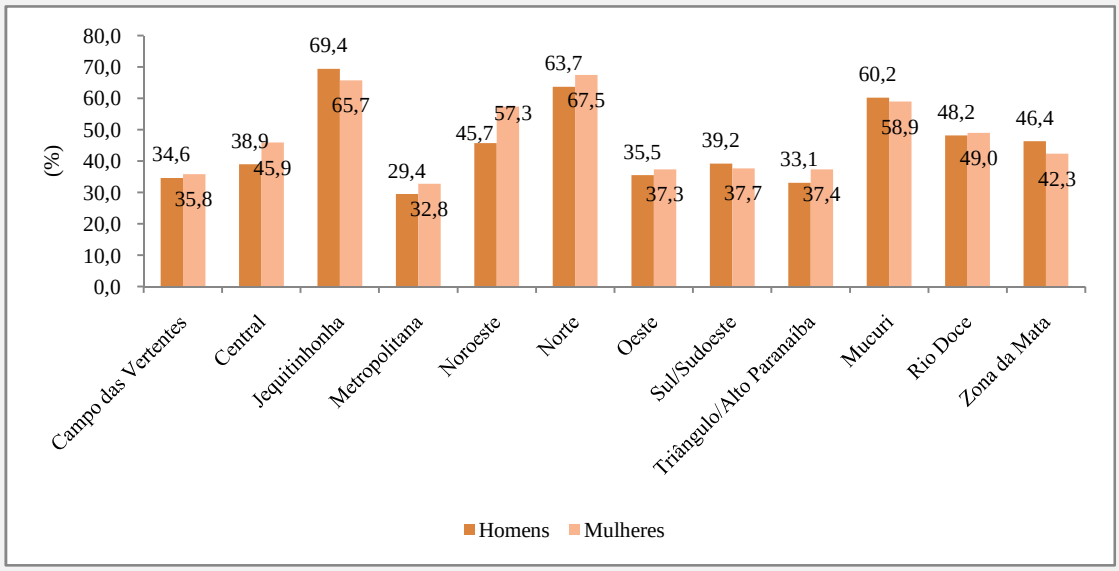


Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

O tipo de vinculação ao trabalho segundo sexo e região de planejamento mostra uma concentração considerável de trabalhadores que desempenham atividades por conta própria (tabela 4). Essa concentração é maior entre os homens em todas as regiões de planejamento. Desse modo, na região Norte, 39,5% dos trabalhadores e 26,6% das trabalhadoras desempenham atividades por conta própria, valores correspondente a 23,0% entre os homens e a 16,9% entre as mulheres na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Empregados com carteira assinada são mais frequentes, tanto entre homens quanto entre mulheres, no Triângulo Mineiro e na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Eles são, ainda, mais frequentes entre os homens em todas as regiões de planejamento, com exceção da Zona da Mata. A maior diferença observada sobre essas distribuições foi no Noroeste, onde 42,9% dos trabalhadores e 26,6% delas possuem carteira assinada, o que indica maior informalidade entre as mulheres. Por outro lado, empregados sem carteira assinada são mais frequentes no Rio Doce e na região Jequitinhonha/Mucuri, principalmente entre as mulheres.

As concentrações de informalidade são maiores nas regiões do Jequitinhonha, Norte e Mucuri, quando as mesorregiões do estado de Minas Gerais são levadas em consideração. Com exceção do Jequitinhonha, Sul/Sudoeste, Mucuri e da Zona da Mata, a concentração de informalidade é sempre maior entre as mulheres. Desse modo, na mesorregião do Jequitinhonha, 69,4% dos trabalhadores e 65,7% das trabalhadoras desempenham atividades informais. No Mucuri, esse valor corresponde a 60,2% dos homens e 58,9% das mulheres. As regiões com menores concentrações de informalidade são a Metropolitana (com 29,4% entre os homens e 32,8% entre as mulheres) e o Triângulo/Alto Paranaíba (33,1% entre os homens e 37,4% entre as mulheres), conforme pode ser observado no gráfico 13.

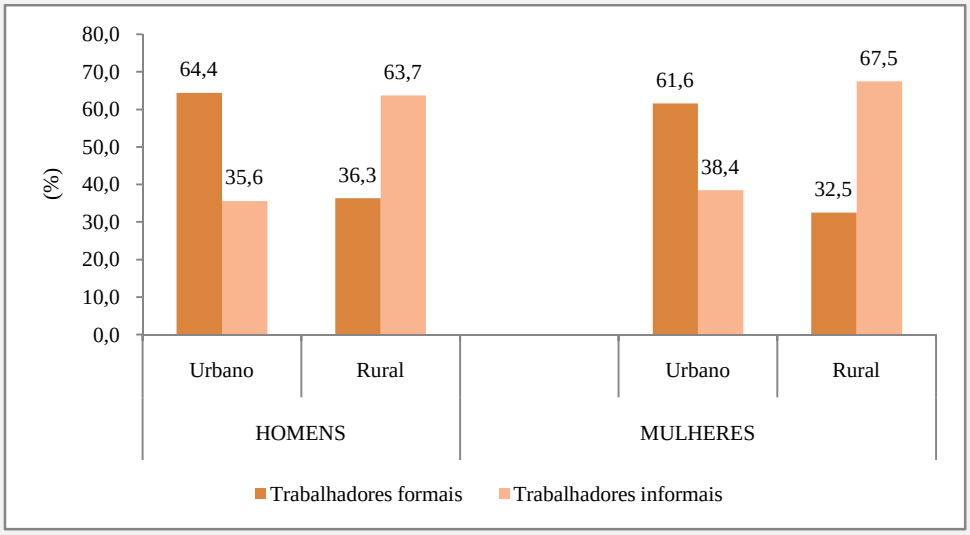
Gráfico 13 - Porcentagem dos trabalhadores informais de dez anos ou mais de idade por sexo e mesorregião - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

A maior parte dos trabalhadores urbanos, tanto entre homens quanto entre mulheres, são trabalhadores formais. Deste modo, entre os trabalhadores urbanos, 64,4% mantêm vinculação formal de trabalho e 61,6% entre as trabalhadoras urbanas. Como quando considera-se outras unidades de análise, o percentual de formalidade no trabalho, mais uma vez, é maior entre os homens do que entre as mulheres, ainda que ligeiramente. No entanto, quando trabalhadores rurais são observados, as concentrações percentuais se invertem, ou seja, tem-se uma maior concentração percentual de trabalhadores e, sobretudo, trabalhadoras informais. A informalidade diz respeito a 63,7% dos trabalhadores e a 67,5% das trabalhadoras no meio rural (gráfico 14).

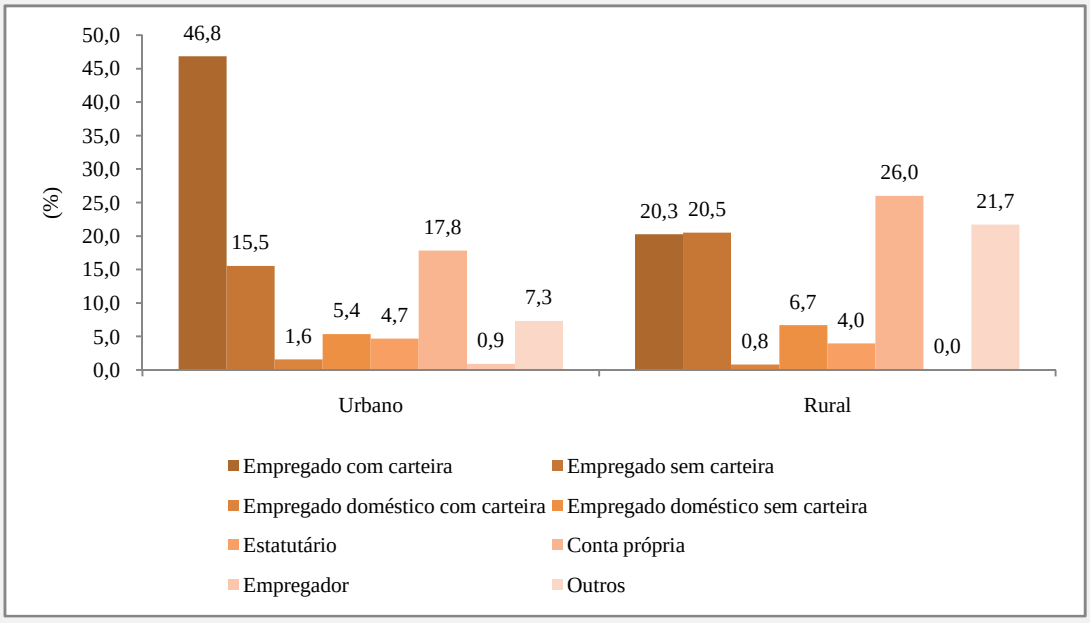
Gráfico 14 - Distribuição dos trabalhadores formais e informais de dez anos ou mais de idade por sexo e situação de domicílio - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Entre as trabalhadoras urbanas, é maior a concentração de empregadas com carteira assinada, 46,8% (gráfico 15). As trabalhadoras urbanas sem carteira assinada, no entanto, não é insignificante. Assim, no meio urbano, 15,5% das trabalhadoras são empregadas sem carteira, e 5,4% são empregadas domésticas sem carteira assinada. No meio rural, a concentração de informalidade entre mulheres é ainda maior. Lá apenas 20,3% das trabalhadoras são empregadas com carteira, enquanto 20,5% são empregadas sem carteira assinada e 6,7% são empregadas domésticas, também sem carteira de trabalho assinada. Destaca-se a concentração de trabalhadoras que desempenham atividades por conta própria, sobretudo no contexto rural (26%).

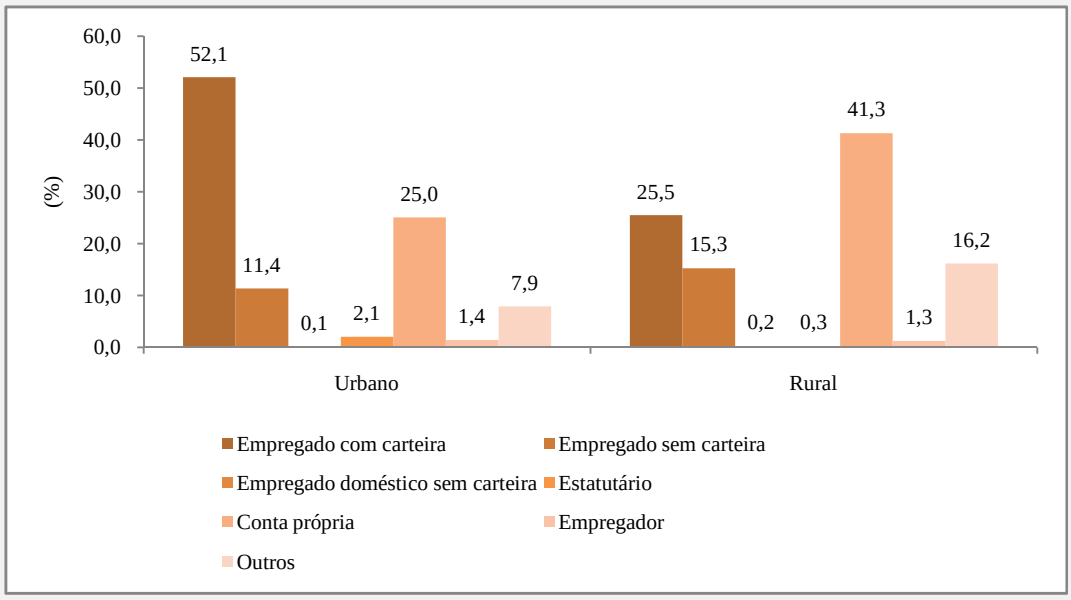
Gráfico 15 - Distribuição dos trabalhadores do sexo feminino, de dez anos ou mais de idade por tipo de vínculo de atividade de trabalho e situação de domicílio - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Entre os trabalhadores urbanos do sexo masculino (gráfico 16), é importante o percentual dos que são empregados com carteira de trabalho assinada (52,1%), proporção bem inferior àquela encontrada entre os trabalhadores rurais (25,5%). Uma comparação com o gráfico anterior mostra não haver diferenças significativas entre a proporção de homens e mulheres que mantêm vinculação formal com carteira assinada em meio rural. Trabalhadores do sexo masculino que desempenham atividades por conta própria são representados por percentuais altos, sobretudo no meio rural (41,3%).

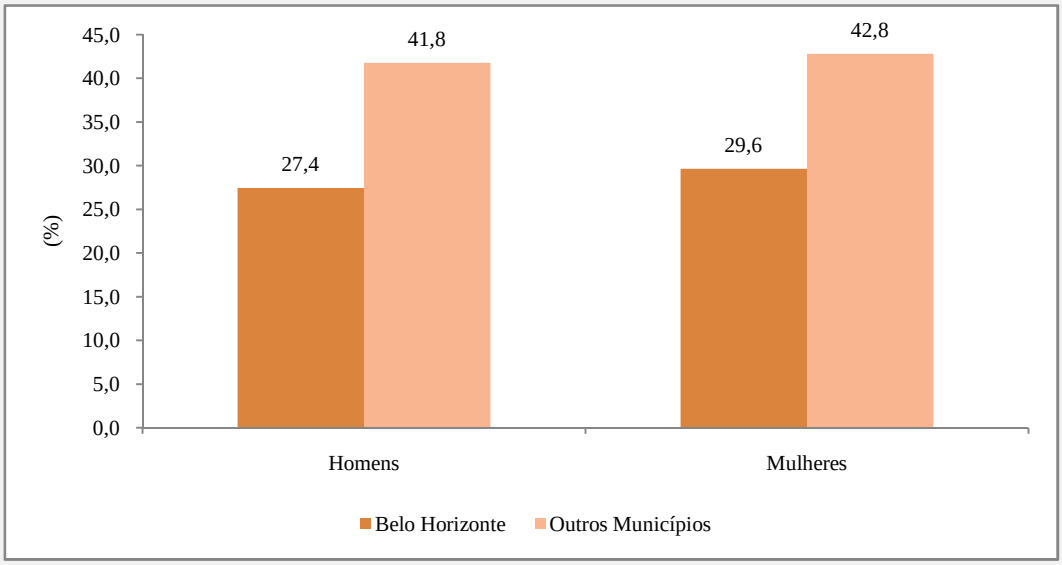
Gráfico 16 - Distribuição dos trabalhadores do sexo masculino, de dez anos ou mais de idade por tipo de vínculo de atividade de trabalho e situação do domicílio - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Quando o município de Belo Horizonte é comparado com o conjunto dos demais municípios do estado, não surgem diferenças significativas entre as proporções de trabalhadores informais do sexo feminino e do sexo masculino nessas unidades. Assim, se em Belo Horizonte 27,4% dos trabalhadores desempenham atividades de trabalho informais, esse percentual é ligeiramente superior entre as trabalhadoras, 29,6%. De maneira similar, enquanto nos demais municípios o percentual de homens trabalhando informalmente é de 41,8%, o de trabalhadoras informais corresponde a 42,8% (gráfico 17).

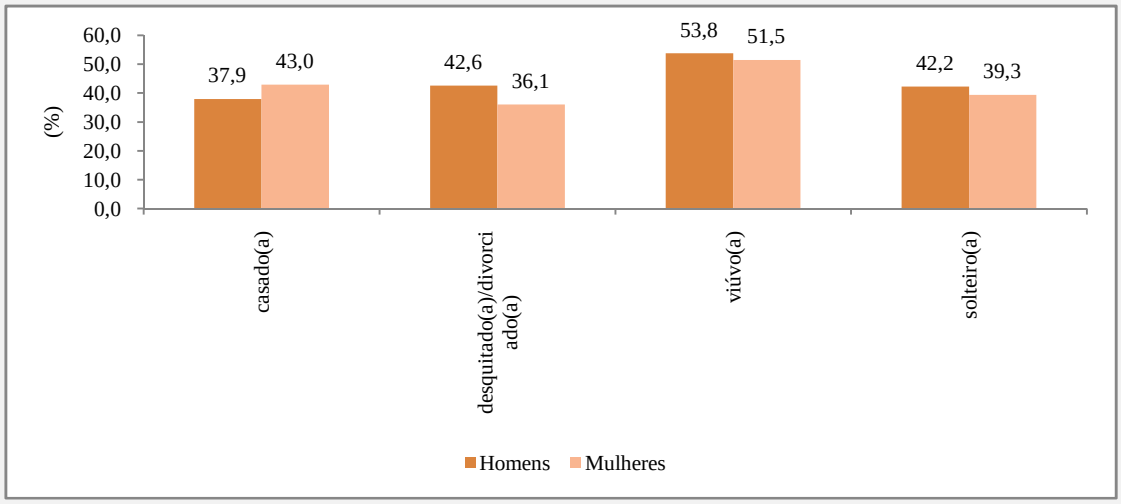
Gráfico 17 - Porcentagem dos trabalhadores informais de dez anos ou mais de idade por sexo, município de Belo Horizonte e o conjunto dos demais municípios do estado - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Apenas entre casados, a proporção de mulheres trabalhando informalmente é maior do que a de homens na mesma condição (43,0% entre trabalhadoras e 37,9% entre trabalhadores). Entre desquitados e divorciados, enquanto 42,6% dos homens desempenham atividades de trabalho de maneira informal, 36,1% das mulheres são trabalhadoras informais. Padrão similar pode ser encontrado nas demais categorias referentes ao estado civil dos trabalhadores, ainda que as diferenças percentuais entre os sexos sejam menores (gráfico 18).

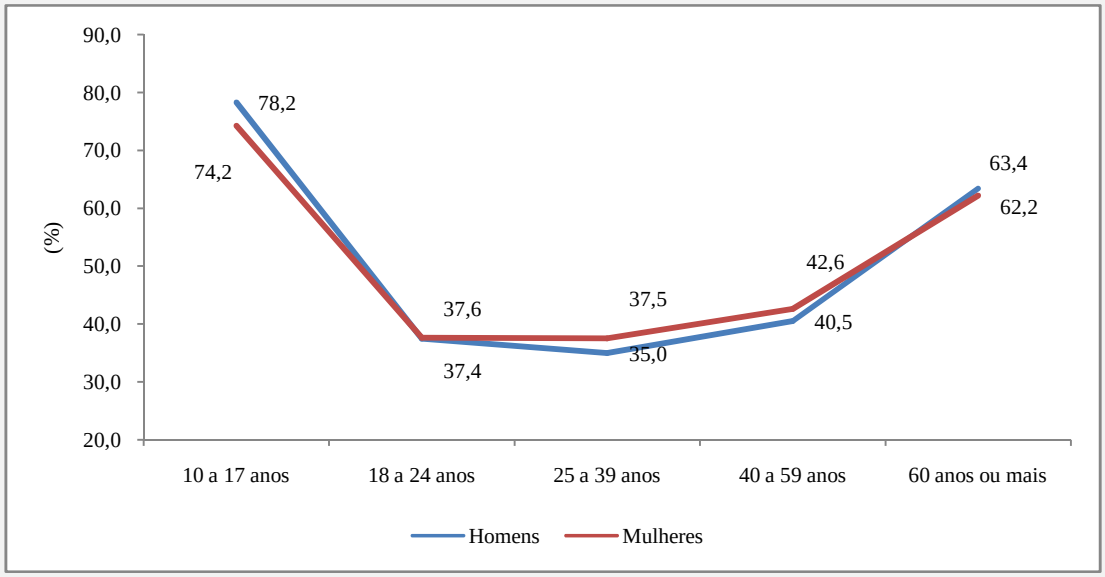
Gráfico 18 - Porcentagem dos trabalhadores informais de dez anos ou mais de idade por sexo e estado civil - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

A concentração percentual de informalidade, mais frequente entre mulheres, como as análises apresentadas já demonstraram, se dá, também, entre trabalhadores das faixas etárias mais jovens e entre os das faixas etárias mais idosas. Uma das explicações para esse padrão de distribuição percentual encontra-se nos possíveis mecanismos de absorção, pelo trabalho informal, de duas populações: uma que acaba de ingressar no mercado de trabalho e está se qualificando; outra, egressa do mercado que monta um negócio próprio ou não teve oportunidade de reingressar em empregos formais. Assim, enquanto 78,2% dos trabalhadores e 74,2% das trabalhadoras com idades entre dez e 17 anos estão no mercado informal (o que também pode indicar ilegalidade da vinculação de trabalho), esse percentual é de 35% deles e 37,5% delas nas faixas etárias entre 25 e 39 anos de idade. Trabalhadores informais com 60 anos ou mais de idade correspondem a 62,2% entre as mulheres e a 63,4% entre os homens (gráfico 19).

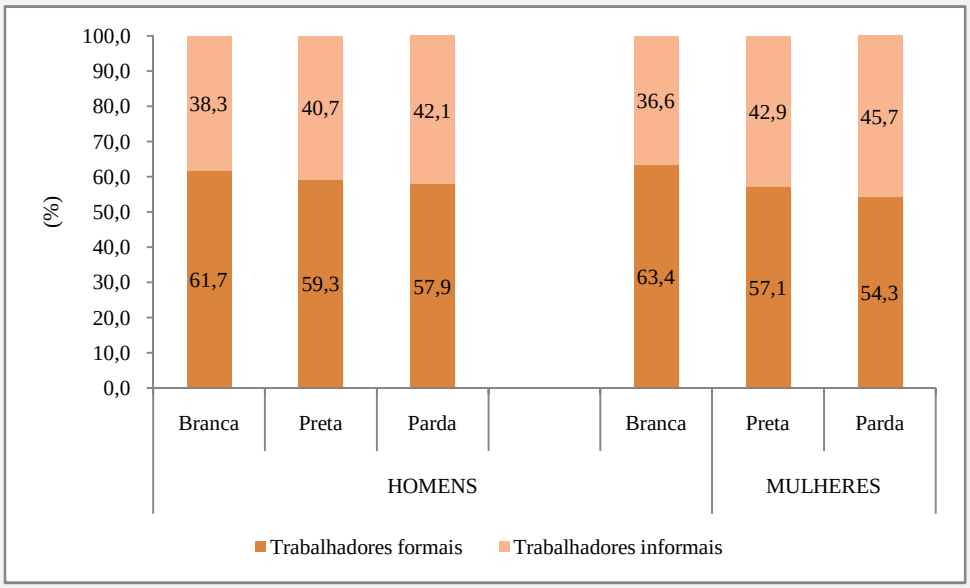
Gráfico 19 - Porcentagem dos trabalhadores informais de dez anos ou mais de idade por sexo e faixa etária - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Entre os homens brancos, 61,7% trabalham com vinculação formal; entre as mulheres brancas, 63,4%. Assim, independentemente do sexo, a maior proporção de trabalhadores formais se dá entre trabalhadores que se declararam brancos.

Gráfico 20 - Distribuição dos trabalhadores formais e informais de dez anos ou mais de idade por sexo e raça - Minas Gerais - 2011

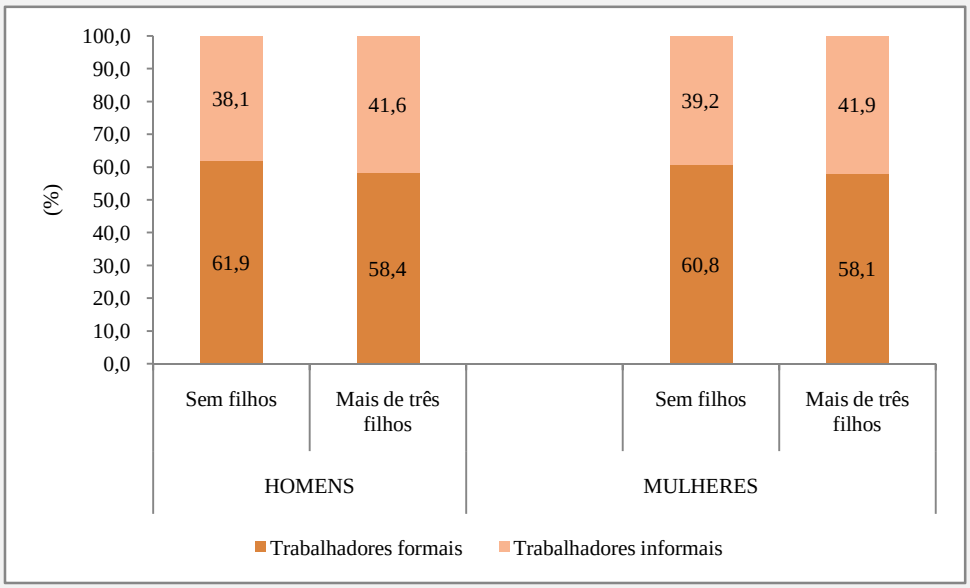


Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

No que se refere ao número de filhos dos pesquisados, o percentual de trabalhadores formais do sexo masculino que não têm filhos é superior ao dos trabalhadores com mais de três filhos. O mesmo se dá entre as mulheres. Desse modo, enquanto 61,9% dos trabalhadores sem filhos e 58,4% dos com mais de três filhos possuem vinculações formais de trabalho, tal percentual é de 60,8% das mulheres sem filhos e

58,1% das que têm mais de três filhos. Ou seja, parece inexistirem padrões na distribuição percentual da formalidade de empregos entre homens e mulheres quando o número de filhos dos trabalhadores é considerado (gráfico 21).

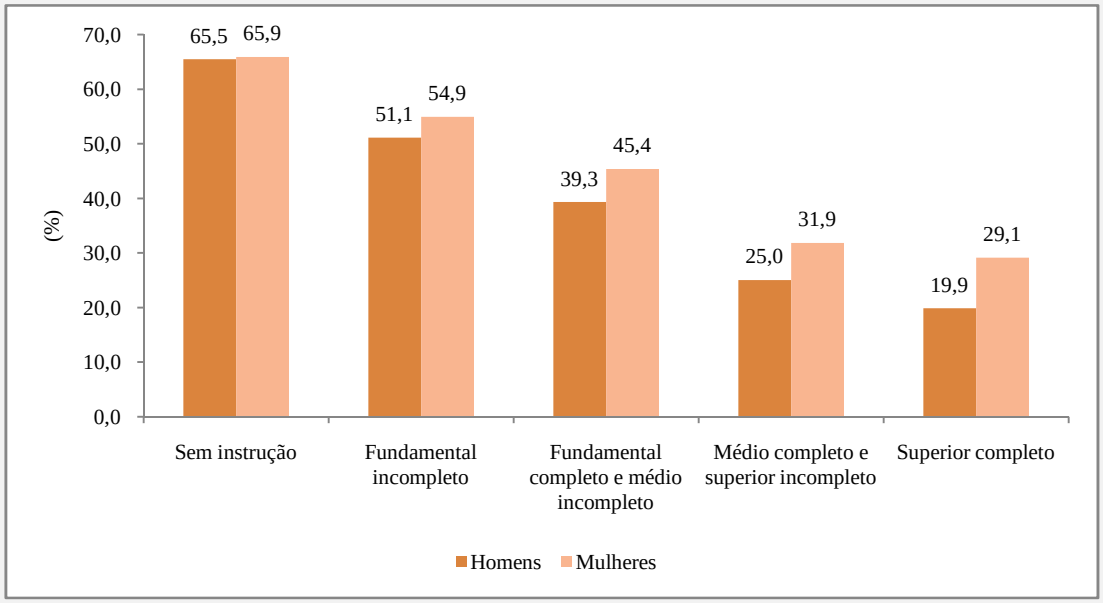
Gráfico 21 - Distribuição dos trabalhadores formais e informais de dez anos ou mais de idade por sexo e número de filhos - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

A concentração percentual da informalidade nas relações de trabalho decresce com o incremento do nível de instrução dos trabalhadores, tanto entre homens quanto entre mulheres. Por outro lado, o percentual de mulheres informais é superior ao de homens em todos os níveis de instrução. Ainda, a diferença entre os percentuais de informalidade de trabalhadores e trabalhadoras é maior entre indivíduos com escolaridade mais avançada. Se entre trabalhadores sem instrução formal quase não existem diferenças entre informalidade de homens e mulheres (65,5% e 65,9% respectivamente), entre trabalhadores com escolaridade superior, tais diferenças são mais importantes. Enquanto 29,1% das trabalhadoras com nível superior são informais, 19,9% dos trabalhadores têm esse tipo de vinculação de trabalho. Se, como destacado na introdução dessa seção, informalidade das relações de trabalho encontra-se associada à precariedade do trabalhador no desenvolvimento de suas atividades, o incremento do nível educacional dos trabalhadores pode ser fator de proteção de suas condições no mercado, mesmo que se mantenham (ou até aumentem) as diferenças entre homens e mulheres (gráfico 22).

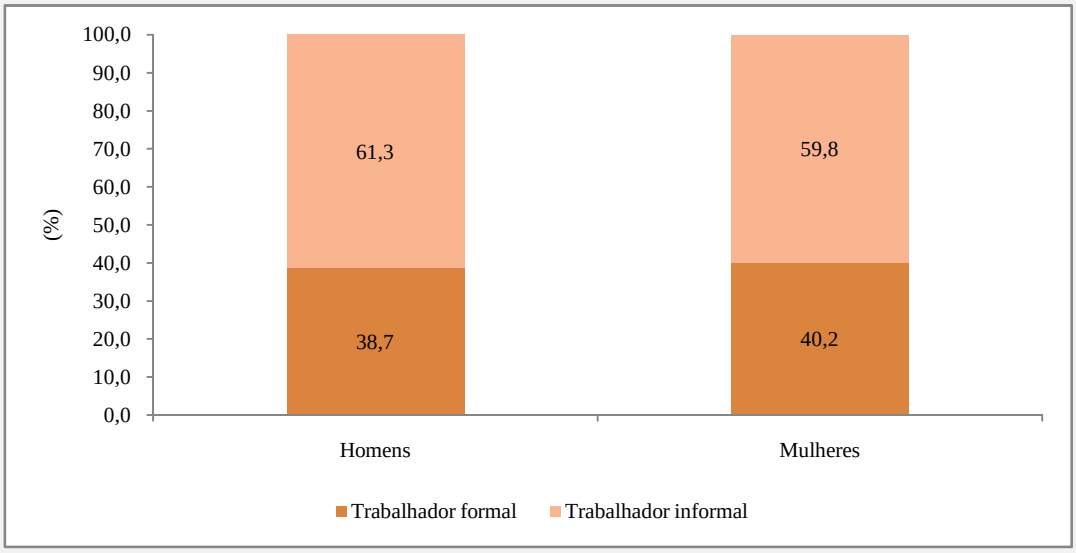
Gráfico 22 - Porcentagem dos trabalhadores informais de dez anos ou mais de idade por sexo e nível de instrução - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Entre os homens que sabem ler e escrever, 38,7% são trabalhadores formais e 61,3%, informais. Entre mulheres, esse valor é de 40,2% e 59,8% respectivamente. Parece não existirem padrões na distribuição percentual por sexo quando a condição de letrado é levada em consideração (gráfico 23).

Gráfico 23 - Distribuição dos trabalhadores formais e informais que sabem ler e escrever de dez anos ou mais de idade por sexo - Minas Gerais - 2011

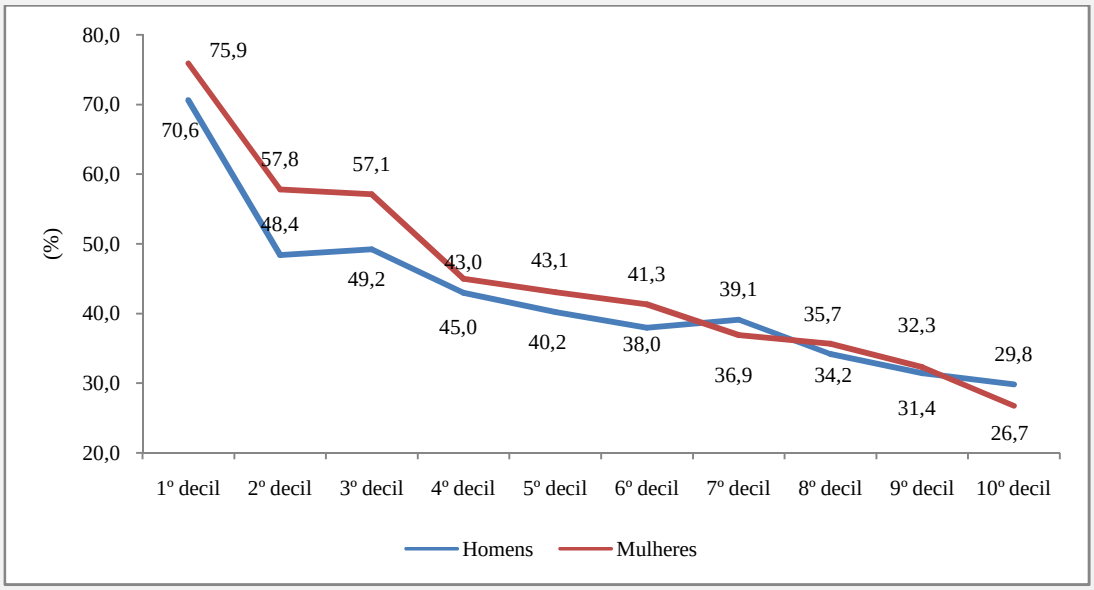


Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

A concentração percentual da informalidade das vinculações de trabalho decresce com o incremento dos rendimentos do trabalhador, do mesmo modo como ocorre com sua escolaridade. Assim, enquanto entre trabalhadores que se encontram no primeiro *decil* de rendimento (rendimentos mais baixos) o percentual de informalidade de homens corresponde a 70,6% e o de informalidade de mulheres corresponde

a 75,9%, entre trabalhadores que se encontram do décimo *decil* de rendimento (rendimentos mais altos) o percentual de informalidade corresponde a 29,8% entre os homens e a 26,7% entre as mulheres. Mulheres que se situam nos rendimentos mais altos podem ter menores chances de informalidade não apenas do que mulheres com menores rendimentos, mas também do que homens em sua mesma faixa de renda.

Gráfico 24 - Porcentagem dos trabalhadores informais de dez anos ou mais de idade por sexo e decil de renda domiciliar *per capita* - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

A média de rendimentos de trabalhadores informais é inferior à dos trabalhadores formais, sobretudo entre mulheres, o que reforça as conclusões obtidas pela análise percentual da informalidade segundo *decis* de rendimento (gráfico anterior). Se a média de rendimento dos trabalhadores informais é de R$ 1.050,01, a dos trabalhadores formais é de R$ 1.437,43. Entre mulheres que desempenham atividades de trabalho com vinculação formal, o rendimento médio é de R$1.095,24, enquanto as com situação informal de trabalho têm as menores médias de renda observadas, R$ 781,29. Mulheres se tornam ainda mais vulneráveis do que os homens quando se trata de rendimento do trabalho e informalidade, o que, novamente, leva a inferências sobre a relação entre gênero, informalidade e precariedade do trabalho.

Tabela 9 - Rendimento médio do trabalho e outras fontes de trabalhadores formais e informais maiores de dez anos por sexo - Minas Gerais - 2011

SEXO	TRABALHO	RENDIMENTO MÉDIO (R$1,00)
Homens	Trabalhador informal	1.050,01
	Trabalhador formal	1.437,43
Mulheres	Trabalhador informal	781,29
	Trabalhador formal	1.095,24

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

A análise das médias de horas semanais trabalhadas também reforça a perspectiva segundo a qual atividades formais e informais se organizam de maneiras diferentes. Neste contexto, trabalhadores formais do sexo masculino apresentam as maiores médias de horas trabalhadas, o que corresponde a 43,9

horas por semana dedicadas a atividades de trabalho. De maneira distinta, mulheres vinculadas a atividades informais apresentam as menores médias, com 34,9 horas de trabalho semanal (tabela 10). Se por um lado estas análises não reforçam uma das características do trabalho informal, segundo as quais há longas jornadas de trabalho no contexto da informalidade, por outro lado podem reforçar características como rendimentos irregulares, baixos níveis de qualificação e de organização, bem como a possibilidade de emprego ocasional e ausência de acordos contratuais e garantias formais, elementos relacionados ao tempo dedicado ao trabalho.

Tabela 10 - Média de horas semanais trabalhadas para trabalhadores formais e informais maiores de dez anos por sexo - Minas Gerais - 2011

SEXO	TRABALHO	MÉDIA
Homens	Trabalhador informal	42,8
	Trabalhador formal	43,9
Mulheres	Trabalhador informal	34,9
	Trabalhador formal	40,1

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Finalmente, a maior parte dos trabalhadores formais desempenham suas atividades em locais como lojas, oficinas, fábricas, escritórios, escolas ou repartições públicas: 58,2% dos homens e 72,6% das mulheres. Isso significa que tais atividades são exercidas, na maior parte das vezes e para ambos os sexos, em locais específicos, fixos e destinados exclusivamente ao trabalho. De maneira distinta, trabalhadores informais do sexo masculino desempenham suas atividades principalmente em locais designados pelo empregador, cliente ou freguês (o que corresponde a 32,5%) ou fazendas, sítios, granjas ou chácaras. Ou seja, a informalidade entre os homens pode levar a um tipo de precariedade no contexto de desenvolvimento de atividades, relativa à instabilidade da rotina de produção, com locais de atividade não fixos, ou, ainda, pode significar que atividades informais, entre os homens, têm lugar, grande parte das vezes, no contexto do trabalho de produção rural, que pode indicar certa prevalência de informalidade em determinados setores de atividade. Entre as trabalhadoras informais, de maneira distinta, a maior parte desempenha suas atividades em locais fixos e específicos para isso, como lojas, oficinas, fábricas, escritórios e repartições públicas (o que corresponde a 43,4% delas). Não é insignificante, todavia, o percentual delas que desempenham suas atividades em locais não fixos, como aqueles designados pelo empregador, cliente ou freguês (tabela 11).

Tabela 11 - Local de trabalho de trabalhadores formais e informais maiores de dez anos por sexo - Minas Gerais - 2011

SEXO	LOCAL DE TRABALHO	TRABALHADOR (%)	
		formal	informal
Homens	No próprio domicílio	2,7	10,6
	Loja, oficina, fábrica, escritório, escola, repartição pública, galpão	58,2	23,1
	Fazenda, sítio, granja, chácara	12,0	25,5
	Em local designado pelo empregador cliente ou freguês	17,7	32,5
	Em veículo automotor	3,8	2,4
	Em via ou área pública	2,7	3,5
	Outro	2,8	2,3
Mulheres	No próprio domicílio	5,3	23,6
	Loja, oficina, fábrica, escritório, escola, repartição pública, galpão	72,6	43,4
	Fazenda, sítio, granja, chácara	2,5	4,5
	Em local designado pelo empregador cliente ou freguês	13,1	22,9
	Em veículo automotor	0,2	0,2
	Em via ou área pública	2,9	2,7
	Outro	3,5	2,7

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

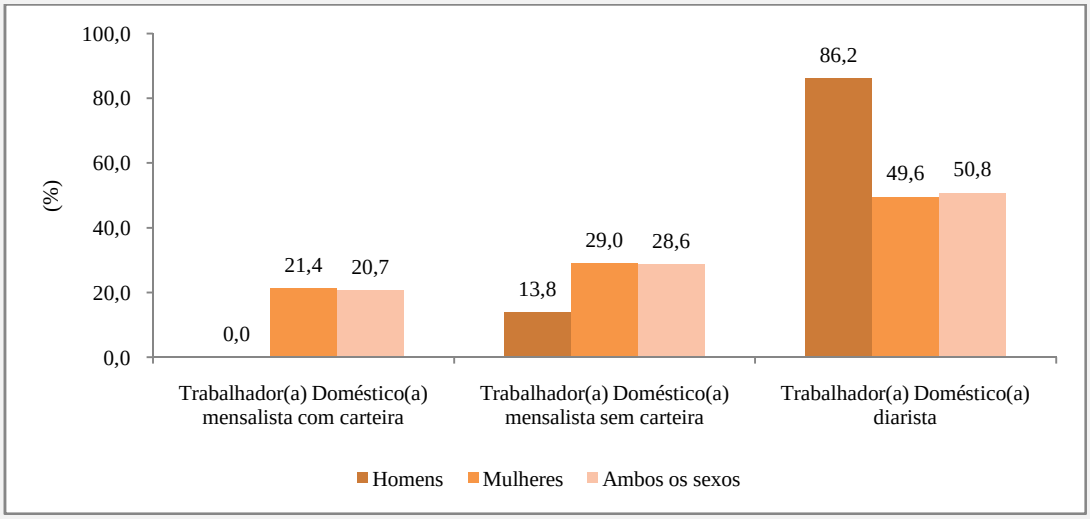
3.3 Empregadas domésticas

Os serviços dos empregados domésticos são considerados imprescindíveis para parte considerável das famílias, sejam de áreas urbanas ou rurais, por permitir a redução da sobrecarga do trabalho de casa e a participação de mulheres, especialmente para as que têm filhos menores, no mercado de trabalho (SANTANA et al, 2003). Se de um lado, existem pessoas que necessitam dessas tarefas de cuidado e manutenção das famílias, de outro, estão na maioria das vezes mulheres pobres, que reproduzem um sistema altamente estratificado de gênero, classe e cor (BRITES, 2007).

Dada a relevância do trabalho doméstico e de suas especificidades, este boletim elegeu esse grupo ocupacional para uma descrição em separado. As análises que se seguem foram realizadas apenas para a população feminina. Essa opção se baseou tanto pela predominância das mulheres entre os trabalhadores domésticos como pelas próprias características dessa ocupação. As observações levaram em consideração o tipo de vínculo das domésticas (mensalista com carteira, mensalista sem carteira e diarista). Além disso, em alguns momentos, fez-se uma comparação com a população total feminina ocupada, sempre com o corte etário de dez anos ou mais.

Em 2011, os trabalhadores domésticos representavam 2,8% (232.493 pessoas) da população ocupada de Minas Gerais. Considerada uma ocupação predominantemente feminina, os homens representavam apenas 3,2% desses trabalhadores. Ademais, 86% dos trabalhadores domésticos do sexo masculino eram diaristas (gráfico 25). As domésticas representavam 7,0% da população feminina ocupada, sendo 1,5% mensalistas com carteira, 2,0% mensalistas sem carteira e 3,5% diaristas. As mulheres trabalhadoras domésticas se dividiam de forma similar entre mensalistas (50,4%) e diaristas (49,6%).

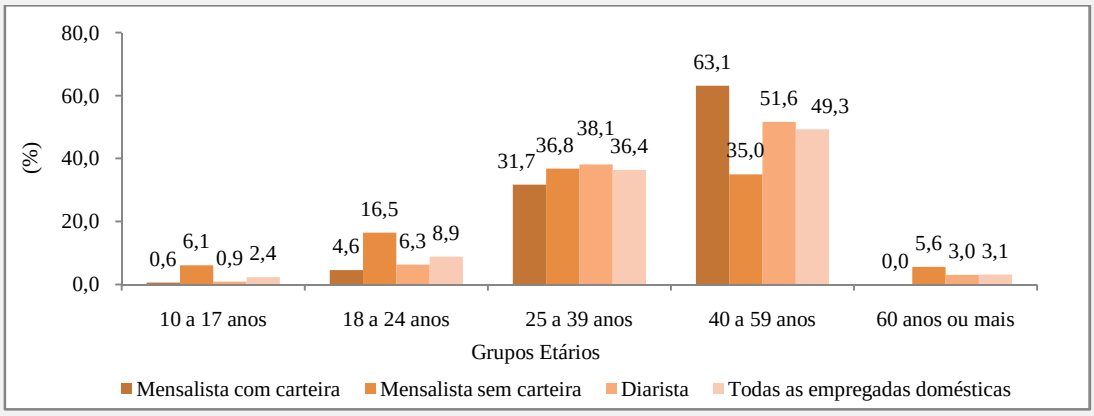
Gráfico 25 - Distribuição da população de dez anos ou mais de idade trabalhadora doméstica por sexo e tipo de vínculo - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Praticamente a metade das trabalhadoras domésticas tinha entre 40 a 59 anos (gráfico 26). Destaca-se que nessa faixa etária estava a maior parte das mensalistas com carteira assinada (63,1%) e das diaristas (51,6%). Na faixa etária de 10 a 17 anos, chama a atenção a proporção das mensalistas sem carteira assinada em relação às demais domésticas. Entre as empregadas domésticas, a idade média do primeiro emprego foi de 14,3 anos, variando de 6 a 49 anos. Nesse caso, não foram observadas diferenças em relação ao tipo de vínculo. Do total de mulheres mineiras ocupadas, 16 anos foi a idade média do primeiro trabalho, variando de 5 a 62 anos.

Gráfico 26 - Distribuição das mulheres com dez anos ou mais de idade trabalhadoras domésticas por grupos etários - Minas Gerais - 2011

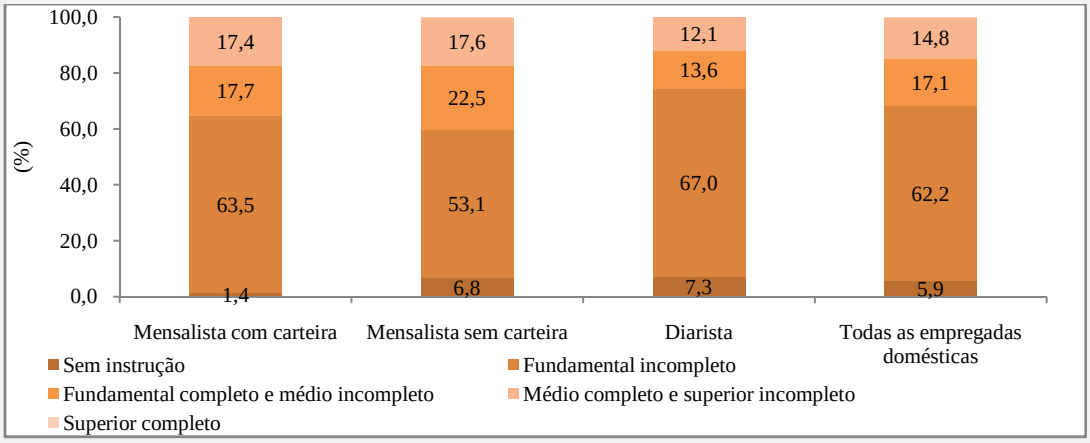


Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

O ensino fundamental incompleto foi o nível de escolaridade mais frequente entre as empregadas domésticas (62,2%) conforme gráfico 27. Destaca-se que apenas 30% de todas as mulheres ocupadas possuíam esse mesmo nível de instrução. A proporção de trabalhadoras domésticas com pelo menos ensino médio completo era de 14,8% contra 51,6% de todas as mulheres ocupadas. Comparativamente aos demais tipos de vínculos, as mensalistas com carteira possuíam menores proporções de pessoas sem instrução. Em outra análise, realizada para verificar a frequência a escola, pode-se observar

que todas as domésticas com idades entre 10 e 17 anos mensalistas de carteira assinada e diaristas frequentavam a escola. Nessa mesma faixa etária, apenas 68,8% das domésticas mensalistas sem carteira assinada estudavam.

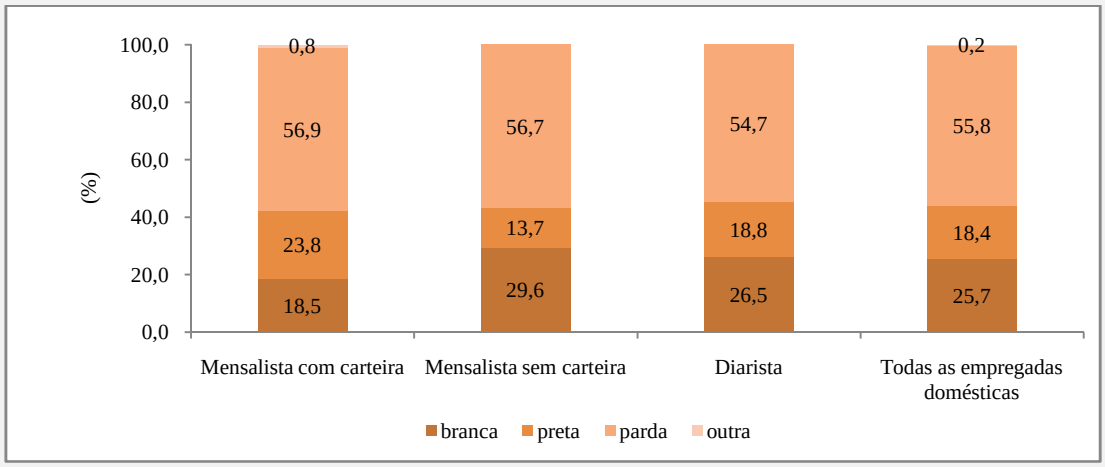
Gráfico 27 - Distribuição das mulheres com dez anos ou mais de idade trabalhadoras domésticas por nível de instrução - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

As pardas eram maioria entre as trabalhadoras domésticas (55,8%). Cabe lembrar que a proporção de pardas e pretas entre as empregadas domésticas era superior à verificada para a população feminina acima de dez anos de idade ocupada (41,3% e 11,7% respectivamente).

Gráfico 28 - Distribuição das mulheres com dez anos ou mais de idade trabalhadoras domésticas por cor ou raça - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Em 2011, as maiores proporções de trabalhadoras domésticas estavam na RMBH, independentemente do tipo de vínculo. A região abrigava 25,5% da população feminina acima de dez anos, e lá residiam 28,4% do total das domésticas. A fim de observar as diferenças entre as diversas regiões de planejamento, foi analisada a distribuição das trabalhadoras por tipo de vínculo em cada região (tabela 12). Na análise, chama a atenção o fato de as domésticas mensalistas sem carteira assinada representarem mais da metade dessas trabalhadoras no Norte e Jequitinhonha/Mucuri (58,3% e 55,6% respectivamente).

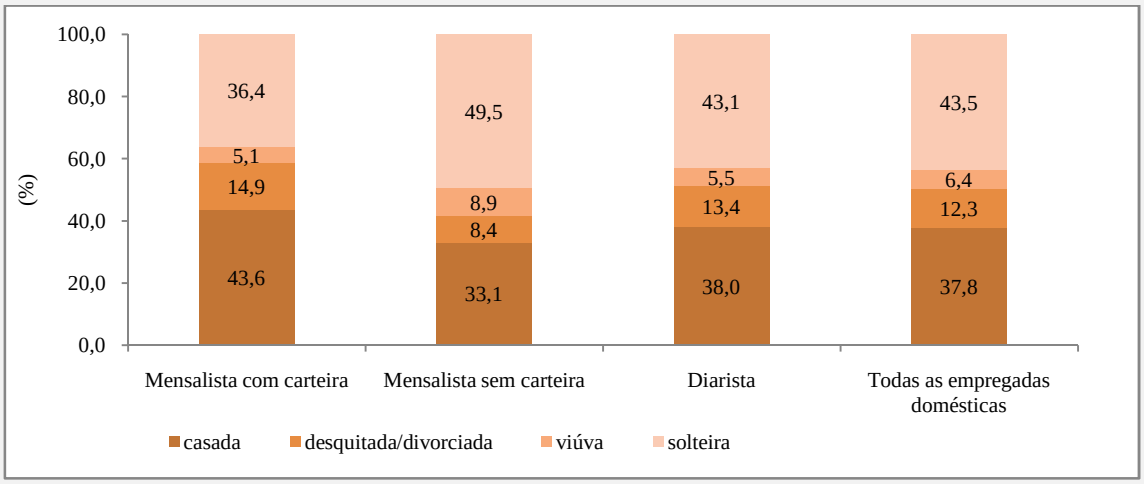
Tabela 12 - Distribuição das mulheres com dez anos ou mais de idade trabalhadoras domésticas por região de planejamento e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - Minas Gerais - 2011 - (%)

ESPECIFICAÇÃO	MENSALISTA COM CARTEIRA	MENSALISTA SEM CARTEIRA	DIARISTA
Norte	12,9	58,3	28,8
Rio Doce	23,5	29,1	47,4
Zona da mata	36,0	8,8	55,2
Noroeste	5,4	32,5	62,1
Central	14,5	30,1	55,4
Sul	32,6	35,3	32,2
Triângulo	18,1	11,9	70,0
Alto Paranaíba	30,5	16,2	53,4
Centro Oeste	15,4	29,2	55,4
Jequitinhonha/Mucuri	5,6	55,6	38,7
RMBH	22,5	24,0	53,5
Minas Gerais	**21,4**	**29,0**	**49,6**

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Quanto ao estado civil, as solteiras eram maioria entre as trabalhadoras domésticas mensalistas sem carteira assinada (49,5%) e as diaristas (43,1%) conforme gráfico 29. Apenas para comparação, destaca-se que as solteiras representavam 46,2% e as casadas 40,8% das mulheres ocupadas.

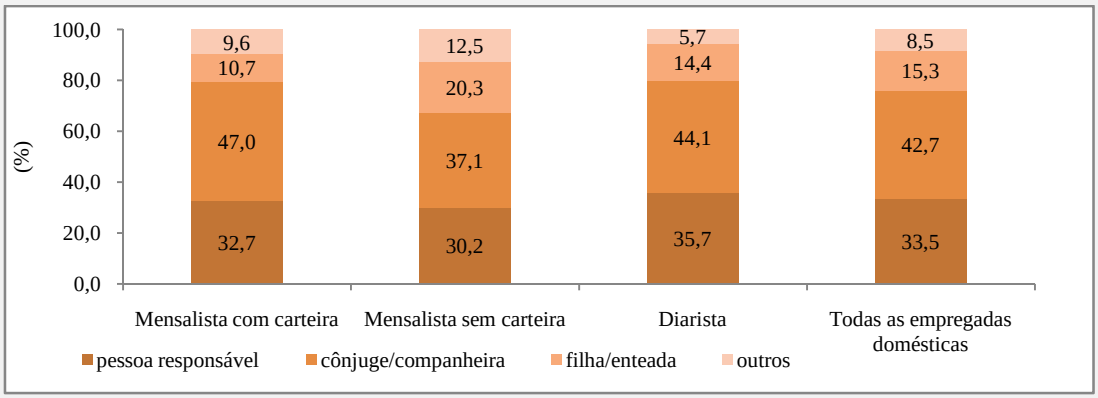
Gráfico 29 - Distribuição das mulheres com dez anos ou mais trabalhadoras domésticas por estado civil - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Cônjuge ou companheira foi a posição no domicílio mais frequente relatada pelas trabalhadoras domésticas. No caso das mensalistas sem carteira, merece destaque a proporção de filha ou enteada, que apesar de ocupar a terceira colocação, apresenta valores superiores aos das demais domésticas, comportamento semelhante ao do conjunto das mulheres ocupadas (38% cônjuges ou companheiras, 28,7% pessoas responsáveis, 25,4% filhas ou enteadas e 7,9% outras).

Gráfico 30 - Distribuição das mulheres com dez anos ou mais de idade trabalhadoras domésticas por posição no domicílio - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

A tabela 13 apresenta algumas informações de rendimento que possibilitam comparar as domésticas por tipo de vínculo e com o conjunto das mulheres ocupadas. Entre as trabalhadoras domésticas, as mensalistas com carteira foram as que apresentavam as melhores médias de remuneração mensal e de rendimento-hora. Apesar das diaristas declarem menor renda mensal, o rendimento-hora superou o das mensalistas sem carteira. Além disso, elas estavam há mais tempo no emprego. Ainda em relação às diaristas, que, em geral, apresentam mais de uma fonte de emprego, destaca-se que a renda de todos os trabalhos foi em média de R$ 446,13 (variando de R$ 10,00 a R$ 2400,00). A comparação com todas as mulheres ocupadas mostra que as mensalistas com carteira assinada ganhavam 81,5% da média de rendimento do salário principal das primeiras, e as diaristas, 49,5%.

Tabela 13 - Renda média do trabalho principal, rendimento-hora médio, tempo médio no trabalho principal, tempo médio gastos com afazeres domésticos próprios das mulheres com dez anos ou mais de idade ocupadas e trabalhadoras domésticas - Minas Gerais - 2011

ESPECIFICAÇÃO	MENSALISTA COM CARTEIRA	MENSALISTA SEM CARTEIRA	DIARISTA	TODAS AS EMPREGADAS DOMÉSTICAS	TODAS AS MULHERES OCUPADAS
Renda média do trabalho principal (em R$) (1)	723,45	670,02	439,23	566,49	887,99
Rendimento-hora médio (em R$) (1)	18,52	12,97	17,53	16,57	25,47
Tempo médio empregada no trabalho principal (em anos)	5,0	3,0	5,5	4,7	6,0
Número médio de horas semanais trabalhadas	41,7	36,1	29,8	34,2	37,5
Tempo médio gasto com afazeres domésticos próprios (2)	17,6	19,7	19,7	20,4	19,5

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

(1) Não consideras as pessoas com rendimento do trabalho principal nulo. (2) O tempo médio gasto com afazeres domésticos próprios refere-se ao número médio de horas semanais dispensado a atividades domésticas que não seja as desempenhadas no trabalho.

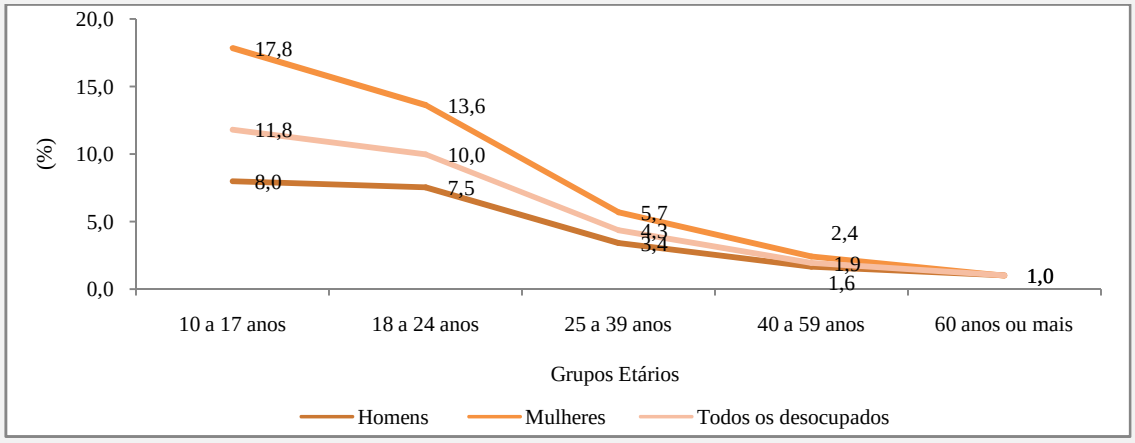
No que se refere ao tempo médio gasto com afazeres domésticos em suas próprias casas, as trabalhadoras domésticas passam em média 20,4 horas semanais desempenhando atividades além das realizadas no seu local trabalho. Considerando suas 34,2 horas, em média, no trabalho, pode-se dizer que a carga total com atividades domésticas era, em média, de 54,6 horas. As com carteira assinada passam mais horas no trabalho e menos nesse tipo de atividade na própria casa, totalizando 60 horas semanais com atividades domésticas.

4 DESOCUPAÇÃO E GÊNERO

Tradicionalmente, as publicações sobre mercado de trabalho, incluindo aquelas que discutem as questões de gênero, dedicam um espaço maior ou exclusivo aos ocupados. Isso se justifica por serem os ocupados a maioria da população economicamente ativa e também pelos temas que se pretende discutir, como as desigualdades em relação ao tipo de ocupação, remuneração, entre outros. Neste boletim, reconhece-se a necessidade desse tipo de análise. Julga-se necessário, contudo, apresentar também uma caracterização da população desocupada, uma vez que as mulheres apresentam as maiores taxas. Inicialmente, faz-se uma análise dessas taxas por sexo, idade, escolaridade e raça. Em seguida, é apresentada uma caracterização da população desocupada para ilustrar quem são essas pessoas e as possíveis desigualdades entre homens e mulheres.

Em 2011, Minas Gerais possuía quase 400 mil pessoas desocupadas na semana de referência da pesquisa. Dessas, 53,3% eram mulheres e 46,7%, homens. A taxa de desocupação, que mede a proporção de desocupados sobre a PEA, era de 4,5%, 6,1% na população feminina contra 3,5% na masculina. Ao se analisar por grupo etário, nota-se uma redução na taxa de ocupação com o avançar da idade e uma desvantagem feminina em todas as faixas etárias observadas, principalmente no grupo de 10 a 17 anos (17,8% contra 8%) conforme gráfico 31.

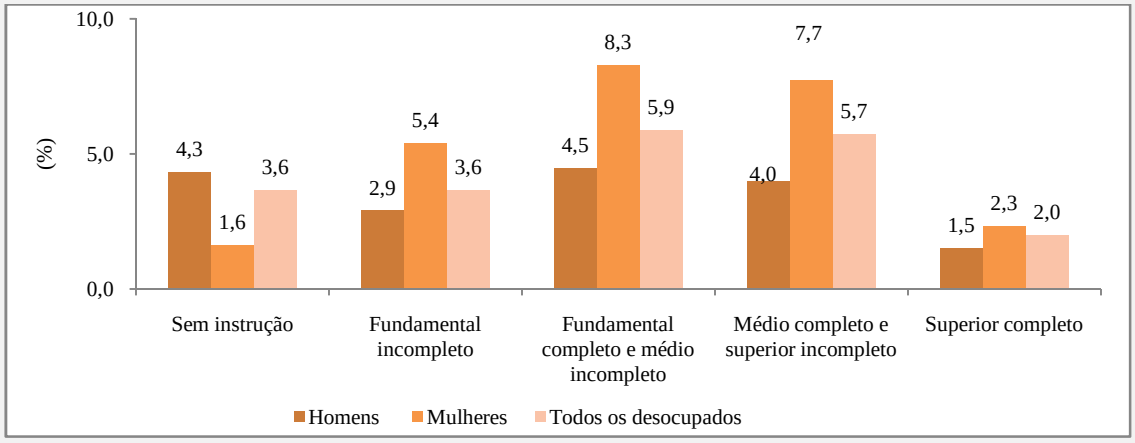
Gráfico 31 - Taxa de desocupação na população de dez anos ou mais de idade por sexo e grupos etários - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

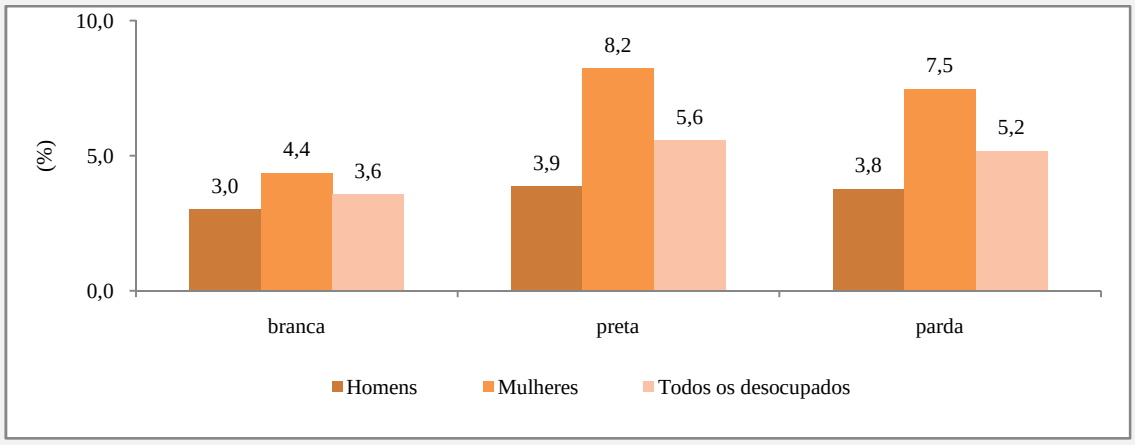
Em relação à escolaridade, com exceção das pessoas sem instrução, a desvantagem feminina se manteve nos diversos níveis de instrução e foi menor apenas para aquelas com superior completo (gráfico 32). As maiores taxas de desocupação foram observadas para as mulheres com nível fundamental completo e médio incompleto (8,3%). No que diz respeito à raça/cor, as piores taxas de desocupação foram de mulheres pretas (8,2%).

Gráfico 32 - Taxa de desocupação na população de dez anos ou mais de idade por sexo e nível de instrução - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

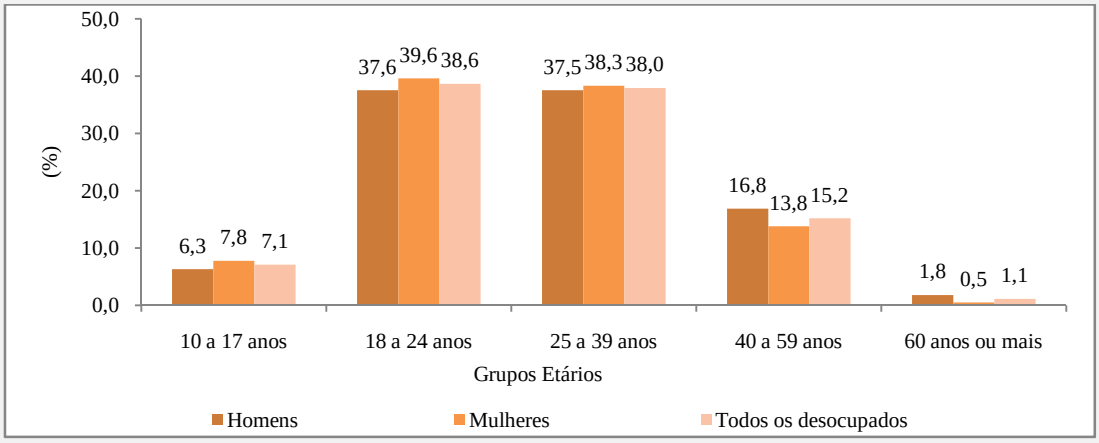
Gráfico 33 - Taxa de desocupação na população de dez anos ou mais de idade por sexo e cor ou raça - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

As análises que se seguem têm como objetivo caracterizar a população desocupada. Pretende-se avaliar quem são essas pessoas de acordo com diversas características. Dos desocupados, praticamente três em cada quatro tinham entre 18 e 39 anos, com pequenas diferenças proporcionais na distribuição etária entre os sexos (gráfico 34). Apesar de apresentarem as maiores taxas de desocupação, o grupo etário de 10 a 17 anos representa apenas 7,1% da população desocupada de Minas Gerais.

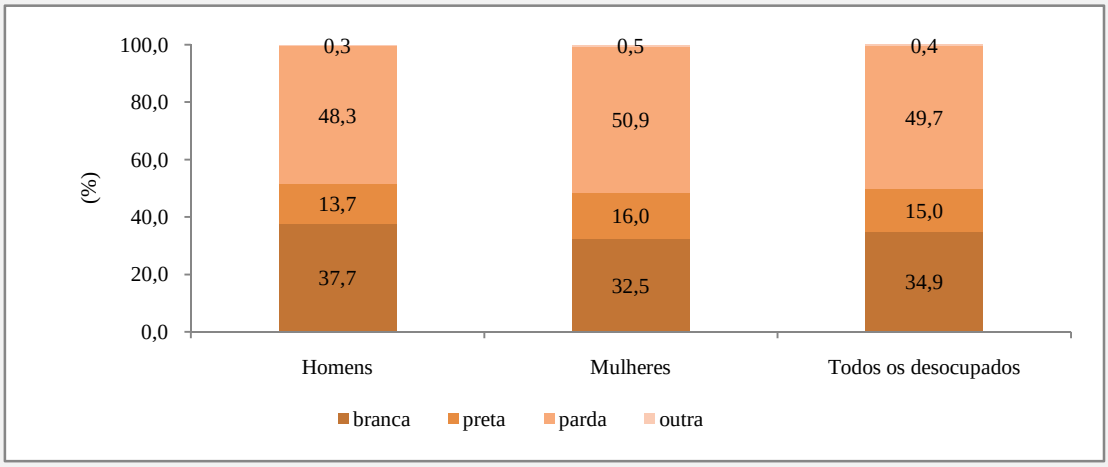
Gráfico 34 - Distribuição da população de dez anos ou mais de idade desocupada por sexo e grupos etários - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Considerando a população de Minas Gerais acima de dez anos, independentemente do estado de ocupação ou atividade, 43,6% se declararam brancos, 11,7%, negros, 44,3%, pardos. Os pardos eram maioria tanto para homens (45,3%) como para as mulheres (43,3%). Quando analisada apenas a população acima de dez anos que se declarou desocupada (gráfico 35), observa-se uma desigualdade em relação à raça ou cor. Os brancos representam apenas 35% dos desocupados. Na população feminina desocupada, a proporção de pardos é ligeiramente maior (50,9%) se comparada aos homens desocupados (48,3%).

Gráfico 35 - Distribuição da população de dez anos ou mais de idade desocupada por sexo e cor ou raça - Minas Gerais - 2011

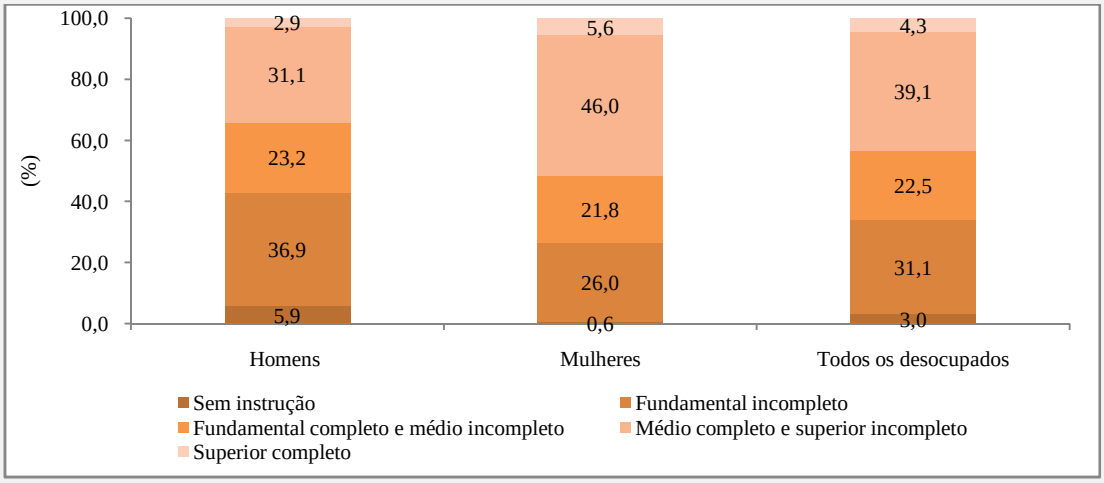


Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Nota: A categoria outra engloba a cor ou raça amarela e indígena.

Em relação à escolaridade, observa-se que, em 2011, as mulheres mineiras desocupadas apresentavam melhor qualificação se comparadas aos homens. Enquanto praticamente a metade delas (51,6%) possuía pelo menos o nível médio completo, entre os homens apenas 34% possuíam esse mesmo nível de instrução (gráfico 36). Comportamento semelhante foi observado entre as pessoas ocupadas (51,6% e 33,6% respectivamente).

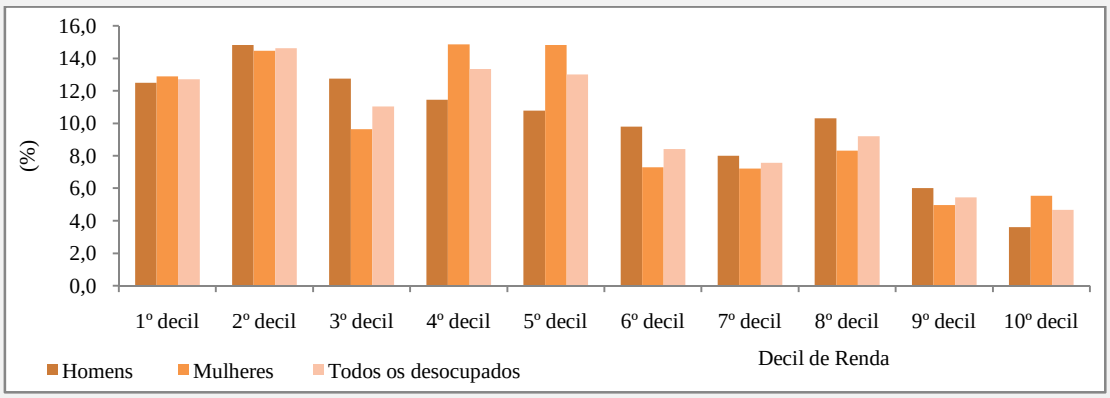
Gráfico 36 - Distribuição da população de dez anos ou mais de idade desocupada por sexo e nível de instrução - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

No caso da renda domiciliar *per capita*, observa-se que a metade dos desocupados estava localizada até o quarto decil, sendo que 27,3% encontra-se nos dois primeiros decis. Esse comportamento se manteve para ambos os sexos (gráfico 37).

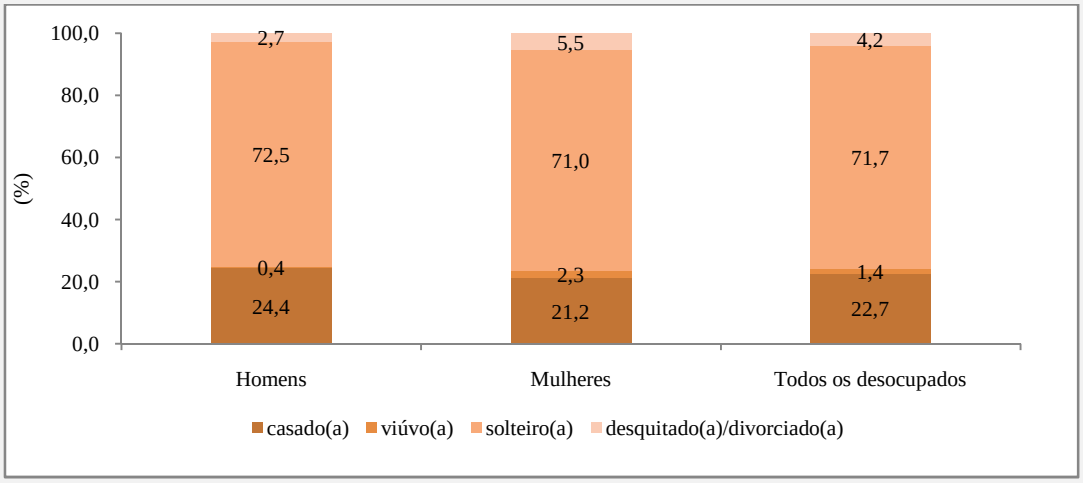
Gráfico 37 - Distribuição da população de dez anos ou mais de idade desocupada por sexo e decil de renda domiciliar *per capita* - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Quanto ao estado civil, analisado na PAD-MG apenas para indivíduos acima de 14 anos, observa-se que a maioria dos desocupados era composta por pessoas solteiras, independentemente do sexo (gráfico 38). Cabe mencionar que, em 2011, 45,9% da população mineira com 14 anos ou mais se declararam solteiros.

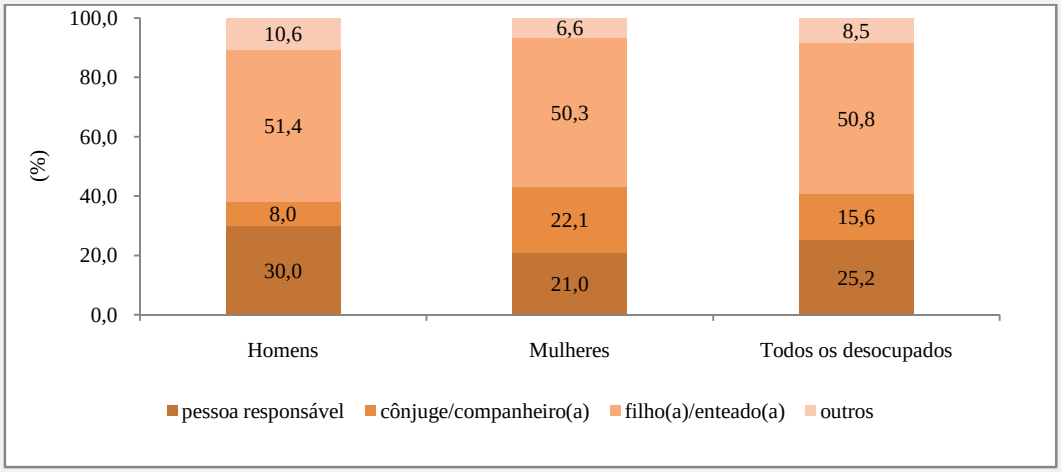
Gráfico 38 - Distribuição da população de 14 anos ou mais de idade desocupada por sexo e estado civil - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Como o estado civil está, de certo modo, associado à relação do indivíduo com o responsável pelo domicílio, os filhos ou enteados eram maioria quando analisada a posição no domicílio (gráfico 39). Para efeito de comparação, considerando a população total de Minas Gerais acima de dez anos, 36,3% ocupavam a posição de pessoa responsável, 22,4% de cônjuge ou companheiro, 32,3% de filho(a) ou enteado(a) e 9% outras. Ainda em relação à população desocupada e desconsiderando a posição de filhos ou enteados, observa-se que, de um lado, os homens desocupados relataram ser chefes de domicílio com maior frequência; do outro, a posição de cônjuge ou companheira foi mais frequente entre as mulheres.

Gráfico 39 - Distribuição da população de dez anos ou mais de idade desocupada por sexo e posição no domicílio - Minas Gerais - 2011

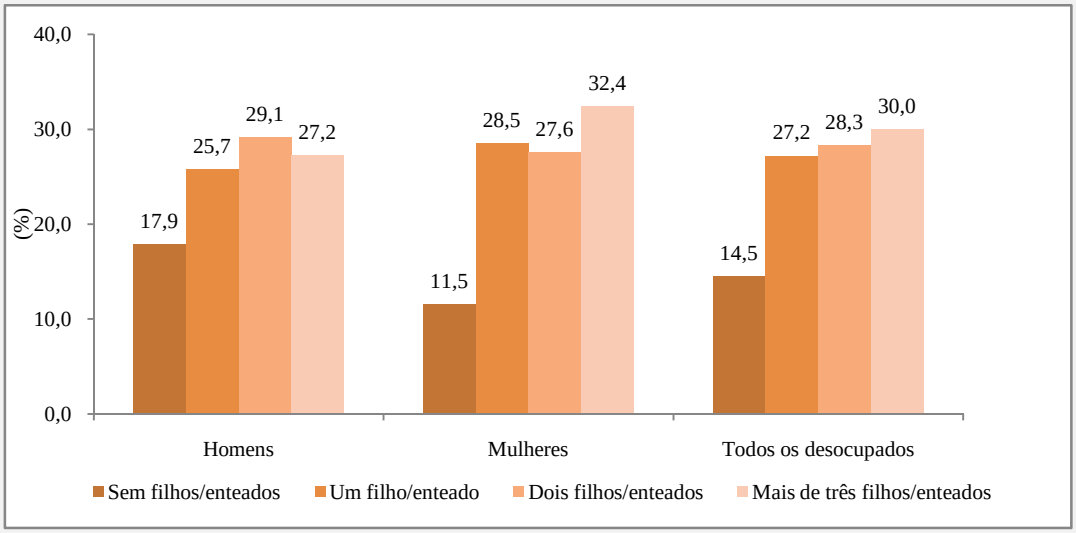


Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

No gráfico 40 pode-se observar a distribuição dos desocupados de acordo com a quantidade de filhos ou enteados no domicílio. Apenas 11,5% das mulheres desocupadas moravam em domicílios sem filhos ou enteados, contra 17,9% dos homens. Cabe ressaltar que, entre as mulheres ocupadas, 19,7% residiam em domicílios sem filhos ou enteados, contra 21,3% dos homens. Considerando a população total de Minas Gerais acima de dez anos, esses valores eram de 20,7% e 21,5% respectivamente. Assim, entre os

desocupados, principalmente no caso das mulheres, foram menos frequentes os domicílios sem filhos ou enteados.

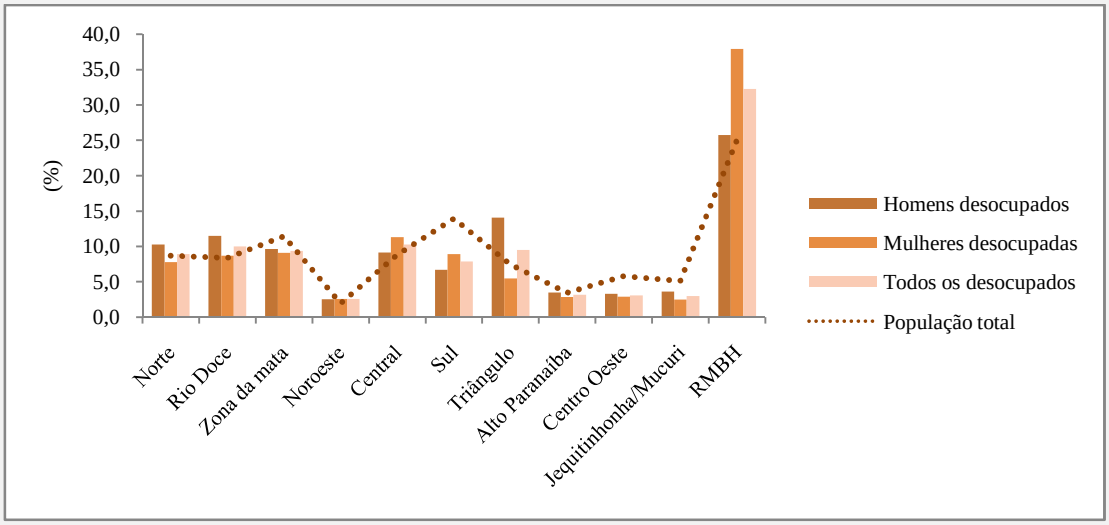
Gráfico 40 - Distribuição da população de dez anos ou mais de idade desocupada por sexo e quantidade de filhos ou enteados no domicílio - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

A análise da distribuição da população desocupada por Região de Planejamento (gráfico 41) mostra que praticamente um terço estava localizada na RMBH (32,3%). Nota-se que, de acordo com a distribuição da população acima de dez anos, apenas 25% dos mineiros residiam na RMBH. A análise por sexo mostrou que, no caso dos homens, não existiam grandes diferenças entre a distribuição dos desocupados (25,8%) e a dos residentes nessa região (24,5%). Porém, chama atenção a diferença encontrada para população feminina: 37,9% das desocupadas estão na RMBH, região que abriga 25,5% da população de mulheres mineiras acima de dez anos. Seguindo o mesmo tipo de análise, em contraposição, destaca-se que, em termos de valores percentuais, a região Sul apresentou proporção menor de desocupados (7,9%), se comparada à distribuição da população total acima de dez anos (13,9%). Esse comportamento foi observado tanto para as mulheres (8,9% contra 13,5%) como para os homens (6,7% contra 14,4%). As regiões Zona da Mata, Alto Paranaíba, Centro-Oeste e Jequitinhonha/Mucuri também apresentaram esse mesmo comportamento.

Gráfico 41 - Distribuição da população de dez anos ou mais de idade total e desocupada por sexo e região de planejamento e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - Minas Gerais - 2011

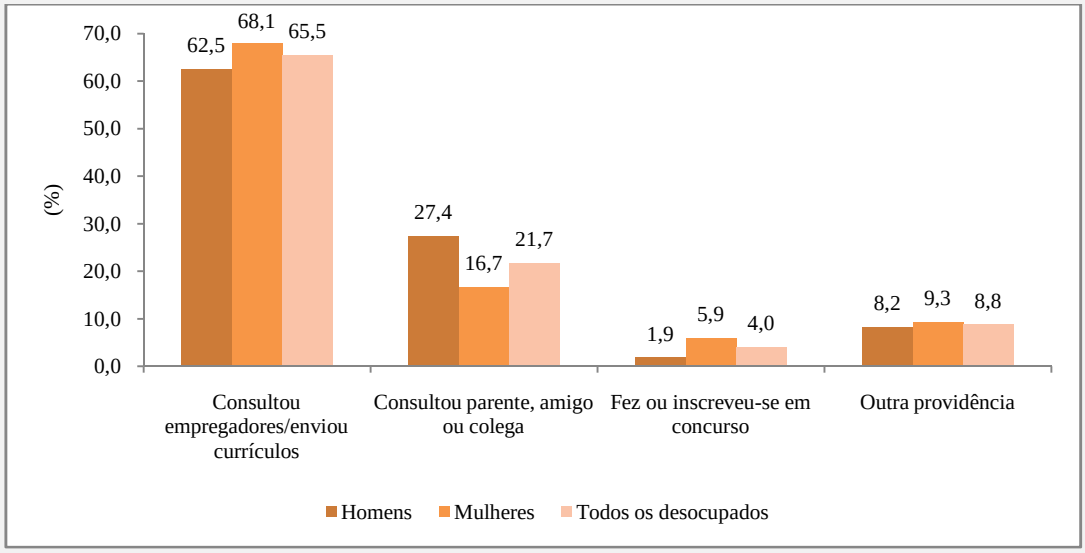


Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Das pessoas desocupadas, 8,2% nunca trabalharam anteriormente. Entre aquelas que já trabalharam, a idade média de início foi de 15,5 anos, concentrada entre os 14 e 18 anos. Entre os desocupados que já trabalharam, 4,3% começaram antes dos dez anos e a metade, até os 15 anos de idade. A análise por sexo revelou que 9,9% da população feminina desocupada nunca trabalharam, contra 6,2% da masculina. Entre os desocupados que já trabalharam, a idade média da primeira atividade foi de 16 anos para mulheres e 15,1 anos para os homens.

No que se refere à última providência tomada para conseguir emprego, consultar empregadores ou enviar currículos foi a principal atitude mencionada, principalmente no caso das mulheres (gráfico 42).

Gráfico 42 - Distribuição da população de dez anos ou mais de idade desocupada por sexo e tipo de providência utilizada para conseguir emprego - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Em Minas Gerais, em 2011, os desocupados estavam, em média, há um ano procurando emprego. Essa procura variou de zero a 12 anos no caso dos homens (média de 348 dias) e de zero a 15 anos para as mulheres (média de 402 dias). Cabe destacar, entretanto, que a metade dos homens estava a 137 dias aproximadamente procurando emprego, contra 167 dias das mulheres, uma diferença de um mês.

5 CONCLUSÃO

Este quinto número da série Boletim PAD-MG teve como tema a dinâmica do mercado de trabalho de Minas Gerais numa perspectiva de gênero. Dessa forma, foram abordadas questões relativas às diferenças na inserção na força de trabalho, dos tipos de ocupações e dos rendimentos entre os sexos. Tais análises são importantes por permitir compreender melhor os diferentes papéis socialmente atribuídos a homens e mulheres em um mundo no qual o trabalho é fator essencial para a inclusão dos indivíduos na sociedade, principalmente no que tange a sua emancipação econômica.

Os dados da PAD-MG confirmam o diferencial do nível de atividade entre homens e mulheres. Em 2011, em Minas Gerais, 39,9% das mulheres com mais de dez anos de idade pertenciam à força de trabalho; para os homens, esse percentual foi de 64,6%. As menores taxas de participação feminina estão nas regiões do Jequitinhonha/Mucuri (29,7%), Rio Doce (31,1%) e Norte (38,6%). Por outro lado, RMBH e Alto Paranaíba apresentam as maiores taxas, 44,5% e 43,1% respectivamente.

Considerando a diferença entre a participação de homens e mulheres no mercado de trabalho durante o ciclo de vida, percebe-se que nas idades intermediárias a diferença no nível de atividade entre os sexos é mais acentuada.

Outro ponto que merece destaque é o comportamento diferenciado da taxa de atividade entre a população feminina e masculina quanto à escolaridade. Ela aumenta com a escolaridade para ambos os sexos. O aumento é mais acentuado, porém, para as mulheres, de tal forma que a desigualdade na participação no mercado de trabalho entre os sexos diminui com o aumento da escolaridade. Entre as mulheres sem instrução, apenas 12,5% estão na força de trabalho. Para os homens esse valor é de 44,3%. Por outro lado, 75% das mulheres com curso superior completo estão na força de trabalho. No caso dos homens, é de 84%.

De maneira semelhante ao que ocorre em relação à escolaridade, quanto menor a renda domiciliar *per capita* menor a participação no mercado de trabalho de homens e mulheres, mas, maior a diferença entre os sexos.

Considerando a taxa de atividade feminina segundo algumas características demográficas, observa-se que, entre as mulheres de 20 a 59 anos, faixa etária de maior concentração de pessoas ativas, a maior participação no mercado de trabalho é a das mulheres chefes de domicílio, desquitadas/divorciadas e que não possuem filhos. Com relação à posição que ocupa no domicílio, as filhas tiveram maior taxa de participação. A segunda maior taxa de atividade é a das mulheres chefes de domicílio.

Resultado diferente foi encontrado para os homens. A taxa de atividade masculina para a população de 20 a 59 anos é maior para homens casados, com dois filhos e estrutura domiciliar tradicional, ou seja, casal com ou sem filhos ou com outros.

As ocupações com maior representação feminina são empregado doméstico, com 96,8%, quase a totalidade, e estatutário, com 62,3%. Nas demais ocupações, é maior o percentual de homens.

A distribuição das mulheres ocupadas de dez anos ou mais de idade entre as ocupações mostra um maior peso para as categorias empregado sem carteira assinada, empregado doméstico e estatutário *vis a vis* os homens.

Um ponto importante que deve ser destacado é a desigualdade entre homens e mulheres no que concerne aos rendimentos do trabalho. Apesar de possuírem maior nível educacional, as mulheres têm rendimento médio bem menor que os homens. Em média, as trabalhadoras recebem 27% a menos que os homens. Essa diferença em favor dos homens aparece em todas as categorias ocupacionais, exceto empregado doméstico. Como já foi comentado, porém, praticamente não há homens nessa ocupação. Chama atenção o fato de a desigualdade salarial entre os sexos aumentar com a escolaridade. As mulheres sem instrução recebem, em média, 32,2% a menos que os homens na mesma situação. Já as mulheres com superior completo ganham 39,5% a menos que os homens desse mesmo grupo.

Outra questão que deve ser levada em consideração quando se analisam as relações de gênero no mercado de trabalho é o tempo gasto em afazeres domésticos. Independentemente da condição de atividade, as mulheres gastam, em média, mais que o dobro do tempo em afazeres domésticos que os homens. Considerando a população em idade ativa (com mais de dez anos de idade), o tempo médio despendido por elas com o cuidado da casa é de 23,6 horas semanais. Os homens gastam 9,8 horas em média. Essa diferença diminui quando se considera apenas a população ocupada, porém ainda é grande. Nesse caso, as mulheres ocupadas gastam, em média, 19,5 horas semanais; os homens, 9,2 horas. Nota-se que, entre as mulheres inativas na faixa etária de 20 a 59 anos, a principal situação é de cuidadora da casa: 73% declararam ter se ocupado de afazeres domésticos nos últimas sete dias. Para os homens, esse valor foi de 3,3%.

Percebe-se que a desigualdade de gênero no mercado de trabalho pode ser, em grande medida, atribuída aos diferentes papéis que homens e mulheres ocupam na sociedade. As mulheres, maiores responsáveis pelos cuidados da casa e dos filhos, estão sujeitas à participação menor no mercado de trabalho. Somado a isso, aquelas que participam da força de trabalho recebem uma remuneração menor que a dos homens e possuem maior sobrecarga de trabalho. Além de exercer atividade econômica, exercem também as atividades domésticas em casa. A sobrecarga de trabalho seria menor se os afazeres domésticos fossem compartilhados de forma mais igualitária entre os membros do domicílio.

Os conceitos de economia informal, trabalho informal e setor informal abrigam uma pluralidade de situações concretas, de modo que não implicam, na maior parte das vezes, termos correlatos. Assim, normalmente, usam-se as expressões economia informal ou trabalho informal ou atividade informal, e não setor informal. Tal diversidade de situações concretas pode estar presente em vários setores de atividades e produção.

Informalidade, entretanto, em termos bastante gerais, diz respeito a atividades econômicas não norteadas por disposições formais ou que não operam em conformidade com a legislação vigente. Tais atividades, ainda que exercidas no âmbito legal (sem produzir bem ou serviço ilegal), não aplicam na prática cotidiana a legislação, sobretudo a trabalhista. Esse trabalho, dito informal, pode se dar, inclusive, em contextos organizacionais ou instituições plenamente formais. Nesse caso, ele implica vinculações informalizadas do trabalhador a instituições, organizações, ou às legislações que norteiam o direito do trabalhador.

A definição de informalidade no trabalho adotada pelo presente boletim é bastante ampla. O intuito é contemplar a diversidade de situações concretas, mas também buscar parâmetros de comparabilidade com outras análises, como as empreendidas pela Organização Internacional do Trabalho (KREIN e PRONI, 2010). Por isso, foram incluídos, sob o conceito de trabalhadores informais, os empregados assalariados sem carteira de trabalho assinada no setor público e privado, as empregadas domésticas mensalistas sem carteira assinada, empregadas diaristas, os trabalhadores não remunerados, membros das unidades domiciliares, outros trabalhadores não remunerados, trabalhadores por conta própria que não contribuem para a previdência social, empregadores que não recolhem o CNPJ e trabalhadores cooperativos.

Essa definição de informalidade no trabalho busca proporcionar acesso analítico às características tidas como comuns ao desenvolvimento concreto de trabalhos informais, como indefinição de locais de trabalho, insegurança, baixos rendimentos, irregularidade das situações de trabalhadores, longas jornadas de trabalho, ausência de proteção social, baixos níveis de qualificação e emprego ocasional, entre outras características, normalmente associadas a situações de precariedade tanto das condições relativas aos direitos trabalhistas quanto das condições de desempenho das atividades cotidianas. Tais análises, de natureza descritiva, foram empreendidas, portanto, de modo a levar em consideração as distribuições percentuais de trabalhadores formais e informais, homens e mulheres, segundo variáveis como as espaciais (região de planejamento, mesorregião do estado, áreas rurais e áreas urbanas), o perfil sócio demográfico do trabalhador (estado civil, faixa etária, raça, número de filhos, grau de instrução e rendimento)e características das próprias atividades formais e informais (horas semanais dedicadas ao trabalho e local de desempenho das atividades do trabalhador).

De fato, a informalidade do trabalho é elemento de grande importância para a caracterização geral das relações de trabalho no contexto das relações de mercado. Em Minas Gerais e como mostram os

resultados da PAD 2011, 40,6% dos trabalhadores pesquisados são informais. Um número expressivo de indivíduos encontram-se em situações de trabalho informais – e, por isso, muitas vezes precárias. Entre homens, esse percentual corresponde a 40,3%; entre mulheres, a 41,1%. Mais: os percentuais de trabalhadores informais são superiores em regiões de planejamento tidas como como de dinamismo econômico menor, como a região Norte (63,7% dos trabalhadores e 67,5% das trabalhadoras são informais) e Jequitinhonha/Mucuri (66,7% deles e 65,9% delas o são). A Região Metropolitana de Belo Horizonte apresenta as menores proporções de trabalhadores informais do estado: 28,3% entre os homens e 31,4% entre as mulheres. Há, ainda, uma concentração significativa de trabalhadores que desempenham atividades informais por conta própria, concentração maior entre os homens em todas as regiões de planejamento. Quando as mesorregiões do estado são levadas em consideração, as maiores concentrações de informalidade são encontradas nas regiões do Jequitinhonha, Norte e Mucuri. Novamente, tal concentração quase sempre é maior entre as mulheres. Em conformidade com essas conclusões, a maior parte dos trabalhadores urbanos (homens e mulheres) são formais, enquanto trabalhadores rurais, sobretudo mulheres, são, em maior frequência, informais (apenas 20,3% das trabalhadoras do meio rural são empregadas com carteira de trabalho assinada). São, enfim, análises que podem apontar para determinado padrão espacial da informalidade de trabalho no estado de Minas Gerais.

No que diz respeito a perfis sócio demográficos dos trabalhos, entre viúvos, solteiros, desquitados e divorciados, a proporção de homens trabalhando informalmente é superior à de mulheres nessa condição. A concentração percentual da informalidade – quase sempre mais frequente entre mulheres – se dá, também, entre trabalhadores das faixas etárias mais baixas (10 a 17 anos de idade), mais idosos (acima de 60 anos de idade) e entre não brancos (pretos e pardos). Desse modo, independentemente do sexo, a proporção de trabalhadores formais é maior entre os trabalhadores que se declararam brancos. A concentração percentual da informalidade no trabalho decresce na medida em que há um acréscimo no nível de instrução dos trabalhadores. Isso é válido tanto para homens quanto para mulheres. Ainda assim, a diferença entre os percentuais de informalidade de trabalhadores e trabalhadoras é maior entre indivíduos com escolaridade mais avançada, o incremento dos níveis educacionais dos trabalhadores pode funcionar como fator de proteção de suas condições no mercado de trabalho. No entanto, essa proteção parece ter efeito maior entre homens do que entre mulheres quando as diferenças entre os sexos são levadas em consideração. De maneira similar, a concentração percentual da informalidade das vinculações de trabalho decresce com o incremento dos rendimentos, assim como a média de rendimentos de trabalhadores informais é inferior à média de renda dos trabalhadores formais, sobretudo, de novo, entre as mulheres.

Finalmente, trabalhadores formais do sexo masculino apresentam as maiores médias de horas semanais trabalhadas, enquanto trabalhadoras informais apresentam as menores médias, ou seja, menos tempo dedicado ao trabalho. A maior parte dos trabalhadores formais trabalham em locais como lojas, oficinas, fábricas, escritórios, escolas ou repartições públicas (locais fixos e destinados prioritariamente ao trabalho). Enquanto isso, os informais, em sua maioria, atuam em locais designados pelo empregador,

cliente ou freguês ou em fazendas, sítios, granjas ou chácaras, o que pode indicar certa prevalência de informalidade em determinados setores de atividade. Tais padrões de distribuição percentual, ainda que de natureza bastante descritiva, reforçam a perspectiva segundo a qual as atividades formais e informais se organizam de maneira distinta e o fazem, entre outros fatores, conforme o sexo do trabalhador.

A associação entre informalidade e precariedade das condições de trabalho deve-se a fatores diversos, como indefinição dos locais de trabalho (que é mais frequente entre trabalhadores informais), rendimentos baixos e irregulares (também mais frequentes entre aqueles que desempenham atividades informais) e ausência de proteção social, baixa qualificação (a informalidade é mais frequente entre indivíduos com baixos níveis de escolaridade), entre outras características. No entanto, o que as análises descritivas aqui apresentadas permitem inferir é que mulheres se tornam ainda mais vulneráveis do que os homens no que refere à informalidade nas relações de trabalho.

A concentração de trabalhadores informais e a precariedade de relações e vinculações que os acompanha se dão, sobretudo entre mulheres, principalmente quando diferentes unidades – sociodemográficas e espaciais – são levadas em consideração. Assim, por exemplo, trabalhadores rurais, sobretudo do sexo feminino, são, em maior frequência, informais. O mesmo ocorre entre trabalhadores mais jovens e mais idosos, mais frágeis no que concerne às relações de trabalho (novamente, mulheres sobretudo). Ainda que a escolaridade pareça exercer um efeito de proteção contra a informalidade, tal proteção é mais efetiva entre os homens. Se a média de rendimentos de trabalhadores informais é inferior à de rendimentos dos formais, essa desvantagem se dá principalmente entre mulheres. Por tudo o que foi apresentado, é fundamental conhecer as relações que se estabelecem entre gênero, informalidade e precariedade das condições e relações de trabalho.

Dada a importância do trabalho doméstico para as mulheres, que possui uma representação feminina de 96,8%, foi feita uma análise mais detalhada da atividade.

As domésticas representavam 7% da população feminina ocupada, sendo 1,5% mensalistas com carteira, 2,0% mensalistas sem carteira e 3,5% diaristas. A maioria dessas trabalhadoras tinha entre 40 e 59 anos (49,3%), possuía ensino fundamental incompleto (62,2%) e era parda (55,8%).

Enquanto a RMBH abrigava 25,5% da população feminina acima de dez anos, 28,4% do total das domésticas residiam nessa região. Na análise, chama atenção o fato de as domésticas mensalistas sem carteira assinada representarem mais da metade dessas trabalhadoras no Norte e Jequitinhonha/Mucuri (58,3% e 55,6% respectivamente). Ainda em relação a essas trabalhadoras, na faixa etária de 10 a 17 anos, apenas 68,8% estudavam, enquanto todas as demais empregadas domésticas declararam ir à escola.

Entre as trabalhadoras domésticas, as mensalistas com carteira apresentaram maior número médio de horas semanais trabalhadas (41,7 horas) e as melhores médias de remuneração mensal e de rendimento-hora. Somando-se o tempo médio gasto com afazeres domésticos próprios (fora do local de

trabalho) e a média de horas semanais trabalhadas, chega-se a aproximadamente 60 horas semanais com atividades domésticas.

Com relação à população desocupada, os dados da PAD-MG de 2011 mostram que as mulheres eram a maioria entre os desocupados com mais de dez anos (53,3% contra 46,7%). Da população feminina desocupada, 50,9% se declararam pardas, valor próximo ao da população masculina (48,3%). Praticamente a metade delas (51,6%) tinha pelo menos o nível médio completo de escolaridade, ao passo que apenas 34% dos homens tinham essa instrução.

Praticamente não existiam diferenças entre os sexos em relação à idade, renda domiciliar *per capita* e estado civil. Em sua maioria, as mulheres desocupadas tinham entre 18 e 39 anos, estavam situadas até o quarto decil de renda domiciliar *per capita* e eram solteiras.

No caso da posição no domicílio, em ambos os sexos a mais frequentemente encontrada era de filhos(as) ou enteados(as) (aproximadamente 50%), e as diferenças se concentraram na chefia do domicílio. Desconsiderando os filhos(as) ou enteados(as), os homens desocupados relataram com maior frequência, de um lado, a posição de chefe de domicílio; do outro, entre as mulheres, era mais frequente a posição de cônjuge ou companheira.

Chama atenção o fato de apenas 11,5% das mulheres desocupadas morarem em domicílios sem filhos ou enteados em contraposição aos 17,9% dos homens desocupados, 19,7% das mulheres ocupadas e 21,3% dos homens ocupados. Assim, na população feminina desocupada, foram menos frequentes os domicílios sem filhos ou enteados.

Em relação à localização, a RMBH abriga 25,5% da população de mulheres mineiras acima de dez anos e concentra 37,9% das desocupadas. No caso dos homens, esses valores são de 24,5% e 25,8% respectivamente.

A análise por sexo revelou que 9,9% da população feminina desocupada nunca trabalharam, contra 6,2% da masculina. Entre os desocupados que já trabalharam, a idade média da primeira atividade foi de 16 anos para mulheres e 15,1 anos para os homens. A procura por emprego variou de zero a 12 anos no caso dos homens (média de 348 dias) e de zero a 15 anos para as mulheres (média de 402 dias). Entretanto, cabe destacar que, aproximadamente, a metade dos homens estava há 137 dias procurando emprego, contra 167 dias das mulheres, uma diferença de um mês. Consultar empregadores ou enviar currículos foi a principal atitude tomada para tentar conseguir um emprego.

6 REFERÊNCIAS

BARROS, A. A., PEREIRA, C. M. M. Empreendedorismo e Crescimento Econômico: uma Análise Empírica. **Revista de Administração Contemporânea,** Rio de Janeiro,, v. 12, n. 4, p. 975-993, Out./Dez. 2008.

BORJAS, G.J**. Labor Economics**, New York: McGraw-Hill Companies. Capítulos 2 e 3. 1996.

BRITES, J. **Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores**. *Cad. Pagu*, , n.29, p.91-109, 2007.

BRUSCHINI, M. C. A. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In ROCHA, M. I. B. (Org.) **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG. 2000.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e Gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.

DEGRAFF, D. S. e ANKER, R. Gênero, mercados de trabalho e o trabalho das mulheres. In: PINNELLI, A. (Org.) **Gênero nos estudos de população**. Demographicas, vol. 2. Campinas: ABEP. 2004.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Boletim PAD – MG/2011. **Indicadores básicos/Documento metodológico**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, ano 1, n. 3, jun. 2012

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal de Empregos**, Março de 2012.

KREIN, J. D., PRONI, M. **Economia Informal**: Aspectos Conceituais e Teóricos. 2010

LAM, D. **Generating Extreme Inequality: schooling, earnings and intergenerational transmission of human capital in South Africa and Brazil**. mimeo. Abril de 1999.

LAVINAS, L. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. In ROCHA, M. I. B. (Org.) **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG. 2000.

LEME, M. A. S. e WAJNMAN, S. efeitos de período, coorte e ciclo de vida na participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. In: WAJNMAN,S. e MACHADO, A. F. (Orgs) **Mercado de trabalho: Uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2003.

OIT, **Employment, income and equality: a strategy for increasing employment in Kenya**, Geneve, OIT, 1972.

OSUNA, J. L., MARQUEZ, C. (dirección e Ed) **Guia para la evaluación de políticas públicas**. Espanha, Instituto de Desarrollo Regional, 2000.

SANTANA, V. S., AMORIM, A. M., OLIVERA, R., XAVIER, S., IRIART, J. BELITARDO, L. **Emprego em serviços domésticos e acidentes de trabalho não fatais**. *Rev. Saúde Pública*, v.37, n.1, p.65-74, 2003.

SEDLACEK, G.; SANTOS, E. **A mulher cônjuge no mercado de trabalho com estratégia de geração de renda familiar**. Texto para discussão, IPEA, Brasília, n 209, p. 7-23, fev. 1991.